



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
DIREÇÃO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

**LUIZ CAVALCANTE MOTA
FRANCISCA DULCELINA FEITOSA CAVALCANTE
JORDANA TORRES COSTA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS, GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA
E CIDADANIA: PERCEPÇÕES DA REALIDADE**

**REDENÇÃO – CE
2014**

LUIZ CAVALCANTE MOTA
FRANCISCA DULCELINA FEITOSA CAVALCANTE
JORDANA TORRES COSTA

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS, GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA
E CIDADANIA: PERCEPÇÕES DA REALIDADE.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Lopes Pinheiro.

REDENÇÃO – CE

2014

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catálogo na fonte
Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

M871p Mota, Luiz Cavalcante.

Políticas públicas educacionais, gestão democrática na escola e cidadania: percepções da realidade. / Luiz Cavalcante Mota; Francisca Dulcelina Feitosa Cavalcante; Jordana Torres Costa . – Redenção, 2014.

74 f.; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientadora: Prof.º Dr.º Carlos Henrique Lopes Pinheiro.
Inclui Lista de Siglas, Referências e Anexos.

1. Políticas Públicas. 2. Políticas Públicas Educacionais. 3. Educação. I. Título. II. Cavalcante, Francisca Dulcinea Feitosa. III. Costa, Jordana Torres.

CDD 320.6

LUIZ CAVALCANTE MOTA
FRANCISCA DULCELINA FEITOSA CAVALCANTE
JORDANA TORRES COSTA

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS, GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA
E CIDADANIA: PERCEPÇÕES DA REALIDADE.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Especialista.

Data da aprovação: ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof. Carlos Henrique Lopes Pinheiro (Orientador)

Este trabalho é o resultado de muito esforço, no qual a determinação e a fé prevaleceram sobre qualquer coisa.

A fé remove montanhas, a coragem supera todos os medos e obstáculos.

O Brasil é nosso, o mundo é nosso e o céu é apenas o limite, de muitas possibilidades.

Dedicamos-o, portanto, a todas as pessoas dignas que, com fé, esperança, força e determinação, levantam todo o dia, agradecem a Deus sua existência, buscam um sentido para a vida e procuram fazer sempre o melhor, em busca de sua felicidade.

Pessoas que acreditam que a felicidade é possível e que se pode viver com paz, amor, união. Isso é utopia? Não. As grandes realizações da humanidade começaram a partir de sonhos. Sonhos que se constroem juntos. E que com ação, pessoas determinadas, mentes brilhantes possam viver neste Planeta que tão bem nos sabe acolher!

Salvemos as pessoas, com amor, com respeito, com oração. Salvemos nosso Planeta!

AGRADECIMENTOS

A Deus, senhor do Universo e razão de nossas vidas.

Ao Professor Doutor Carlos Henrique Lopes Pinheiro pela orientação que possibilitou a conclusão desse trabalho.

À Coordenadora da Educação Aberta e à Distância- UAB, Professora Dra., Maria Aparecida da Silva pela atenção e presteza.

Aos nossos pais, filho e amigos pelas longas horas que deixamos de compartilhar com ambos, ao mesmo tempo que a colaboração deles foi fundamental para chegarmos até aqui.

Segue, pois, esta sã e salutar forma de vida: concede ao corpo apenas o que for suficiente para um bom estado de saúde. É necessário tratá-lo com severidade para que não desobedeça à mente: a comida deve acalmar a fome, o beber, a sede, as roupas devem proteger do frio, a casa, ser abrigo contra o mau tempo[...] Despreza tudo o que um trabalho supérfluo estabelece como enfeite e requinte; pensa que nada é extraordinário a não ser a alma e que, para uma alma grande, nada é grande.

(Sêneca)

RESUMO

O presente trabalho objetiva ressaltar o papel das políticas públicas educacionais, de modo a contribuir para a formação da cidadania, a partir do pressuposto de que a educação é um direito básico assegurado na Constituição brasileira e que tem um alcance baseado no princípio assecuratório da gestão democrática do ensino. Foram feitos, de forma sucinta um estudo sobre o sentido e o alcance de políticas públicas, de um modo geral e de políticas educacionais, com foco na cidadania. O trabalho baseou-se em estudo qualitativo e bibliográfico, no qual foi usada como instrumento a técnica da entrevista e técnica de análise de dados . O que se pretende com a pesquisa é conhecer o significado de políticas públicas educacionais, com foco no princípio da gestão democrática da escola que busca uma educação cidadã, ao mesmo tempo em que as percepções sobre o assunto, na visão de gestoras entrevistadas são apontadas, para no final, elaborar as nossas próprias conclusões.

Palavras-chave: políticas públicas, políticas públicas educacionais, educação, gestão democrática, cidadania.

ABSTRACT

This paper aims to highlight the role of educational policies in order to contribute to the formation of citizenship, from the assumption that education is a basic right guaranteed in the Constitution and which has a range based on the principle of democratic management assecuratório education. Succinctly been made a study of the meaning and scope of public policies in general and educational policies, focusing on citizenship. The study was based on qualitative and bibliographical study, which was used as a tool and technique of the interview technique of data analysis. The aim with the research is to know the meaning of educational public policy, focusing on the principle of democratic school management that seeks a citizen education, while that perceptions on the subject, in the view of the interviewed managers are appointed, to the end, we elaborate our own conclusions.

Keywords: public policies, educational policies, education, democratic governance and citizenship.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AA – Alcoólicos Anônimos
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
AEE – Atendimento Educacional Especializado
AME – Associação Mobilizadora da Escola
CNE – Conselho Nacional de Educação
CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação
EJA – Ensino de Jovens e Adultos
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFET – Institutos Federais de Educação Tecnológica
LDB – Lei de Diretrizes e Base
MEC – Ministério da Educação e Cultura
PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PIB – Produto Interno Bruto
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAIC – Programa Nacional da Alfabetização na Idade Certa
PNE – Plano Nacional de Educação
PNLD – Programa Nacional do Livro Didático
PPP – Projeto Político-Pedagógico
Projovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens
REUNI – Reestruturação e Expansão do Ensino Superior
SEB – Secretaria da Educação Básica
SEDUC – Secretaria de Educação do Estado do Ceará
SER – Secretaria Executiva Regional
SME – Secretaria Municipal de Educação
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNIFOR – Universidade de Fortaleza
VIVE – Valores na Escola

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 POLÍTICAS PÚBLICAS	14
1.1 A definição de conceitos.....	14
1.2 Tópicos gerais sobre políticas públicas	17
1.3 O ciclo de políticas públicas	19
1.4 Políticas públicas e Estado	23
1.5 Políticas públicas e sociedade.....	25
1.6 O Governo como grande executor de políticas públicas	26
2 POLITICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS	28
2.1 Situação atual das políticas públicas em educação.....	30
2.2 Ações do MEC	33
2.3 O princípio da gestão democrática	34
2.3.1 Conhecendo o Projeto Político-Pedagógico (PPP)	35
2.3.2 Autonomia.....	36
2.3.3 Conselho Escolar.....	37
2.3.4 A importância dos mecanismos de participação para a democratização da gestão escolar	39
2.4 Cidadania na escola: realidade ou ilusão?	40
2.5 Relação entre educação e cidadania	41
3 POLÍTICA PÚBLICA, GESTÃO DEMOCRÁTICA E CIDADANIA NA CONCEPÇÃO DE GESTORES: UMA ABORDAGEM PRÁTICA	44
3.1 O lócus da Escola A	44
3.2 Concepções da gestora da escola A: Política pública, gestão democrática e cidadania.....	45
3.3 O lócus da Escola B.....	50
3.4 Concepções da gestora da escola B: Política pública, gestão democrática e cidadania.....	51
3.5 Concepções da co-gestora do Distrito de Educação de uma Secretaria Regional, do Município de Fortaleza.....	55

3.6 Conversa informal com duas professoras do município de Fortaleza	61
3.7 Percepções da realidade à luz da teoria	64
CONCLUSÃO.....	68
REFERÊNCIAS	70
ANEXOS	73

INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva ressaltar o papel das políticas públicas educacionais, de modo a contribuir para a formação da cidadania, a partir do pressuposto de que a educação é um direito básico assegurado na Constituição Federal e que tem um alcance baseado em um dos princípios assecuratórios que é a gestão democrática do ensino.

Foi feito um breve estudo sobre o sentido e o alcance de políticas públicas, de um modo geral, para em seguida se focar sobre políticas públicas educacionais e o alcance da cidadania.

Neste sentido, é importante que conceitos de políticas públicas, políticas públicas educacionais, educação, gestão democrática da escola e cidadania sejam discutidos, de modo que compreendamos como se dá, na prática, a formação e a implementação de políticas públicas que possam garantir a formação cidadã.

A investigação proposta nesta monografia se baseia em estudo qualitativo, com base em estudo bibliográfico, documental e análise de vídeos sobre o assunto, além de técnicas de análise de dados, a partir de entrevistas realizadas junto a três servidoras públicas, que exercem o cargo de gestor público. Entrevistou-se uma co-gestora que trabalha no Distrito de Educação de uma Secretaria Executiva Regional - SER, do Município de Fortaleza e duas gestoras escolares: uma com atuação na Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza (SME) e a outra, com atuação na Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC).

O que se pretende com a pesquisa é conhecer o significado de políticas públicas educacionais, com foco no princípio da gestão democrática da escola que busca uma educação cidadã, e analisar as percepções sobre o assunto, na visão das gestoras entrevistadas, para no final, elaborar nossas próprias conclusões.

A pesquisa foi estruturada em três capítulos, da seguinte maneira: no primeiro capítulo, apresentamos conceitos de política pública, de um modo geral, trazemos noções sobre Estado, Sociedade e a relação que há entre Estado, Sociedade e Políticas Públicas; no segundo capítulo, destacamos conceitos de gestão democrática da escola, analisando conceitos como o Projeto Político-Pedagógico (PPP), autonomia, participação, conselho escolar e cidadania; e, por fim, no terceiro capítulo apresentamos as perguntas realizadas e a análise das entrevistas realizadas com as gestoras finalizando com nossas conclusões.

1 POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste capítulo trazemos, de um modo geral, um pouco da literatura sobre política pública, para depois focarmos nas políticas públicas educacionais que contribuem para uma educação cidadã, como um pressuposto assegurado na Constituição Federal de 1988.

1.1 A definição de conceitos

Para iniciarmos este capítulo entendemos ser necessário trazer alguns conceitos atrelados a ideia de políticas públicas. Assim, traremos algumas considerações sobre os conceitos de sociedade, interesses, cooperação, competição, conflito, política, público, decisão política e política pública.

Sabemos, desde Aristóteles, que o homem é um ser social e, como tal, só pode viver bem em sociedade. Apesar de ser uma exigência e necessidade, a vida em sociedade não é nada fácil, pois as pessoas são diferentes. A diferenciação é a marca registrada da sociedade.

Rua (2012, p. 12) inicia o estudo de “Políticas Públicas”, definindo sociedade como “um conjunto de indivíduos, dotados de interesses e recursos de poder diferenciados que interagem continuamente a fim de satisfazer às suas necessidades”. A autora nos diz que o que diferencia a sociedade de comunidade é a diferenciação social. Os membros da sociedade possuem atributos diferenciados e também apresentam ideias, valores, interesses e aspirações diferentes, desempenhando papéis diferentes no decorrer de sua existência.

De acordo com Rua (2012, p. 13), “A diferenciação faz com que a vida em sociedade seja complexa e potencialmente envolva, ao mesmo tempo, múltiplas possibilidades de cooperação, competição e conflito”. Mas o que vem a ser cooperação, competição e conflito?

Rua (2009, p. 15) coloca que: “A cooperação consiste na capacidade de realização de ações conjuntas em prol de um benefício comum”.

Segundo Campos *et al* (2003, p. 25), cooperar é “atuar junto, de forma coordenada, no trabalho ou nas relações sociais para atingir metas comuns. As pessoas cooperam pelo prazer de repartir atividades ou para obter benefícios mútuos”.

Quanto à competição podemos defini-la como sendo a interação de indivíduos que disputam algo. Rua (2009, p. 16) define competição como “uma forma de interação social que compreende um amplo número de procedimentos de disputa por bens escassos, geralmente

conforme regras admitidas pelas partes”. A autora afirma ainda que a competição pode assumir diferentes formas e estar presente em processos distintos.

Sobre conflito, Rua (2009, p. 16) diz que este é próprio da vida coletiva, mas pode ser administrado; caso assim não fosse possível, a sociedade não poderia sobreviver. Ela nos diz que precisamos evitar o confronto e que para isso é preciso que haja “consensos em relação às regras e aos limites necessários ao bem-estar coletivo”. Os consensos não acontecem naturalmente: eles não são automáticos, pois necessitam de construção. É necessário falar de conflito para que se entenda o que é política.

A administração do conflito pode ser obtida por dois meios: a coerção e a política. O que é a coerção e o que é a política? Para Rua (2012, p. 15), a coerção consiste na ação de reprimir, de refrear, enquanto a política é a força exercida pelo Estado para fazer valer o direito. Schmitter (*apud* RUA, 2012, p. 15) diz que: “política é a resolução pacífica para os conflitos”.

Esse conceito é muito amplo e discrimina pouco o que faz com que Rua (1998, p. 1) nos dê o seu próprio conceito sobre política: “política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam a resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos”.

Para tratar sobre políticas, a autora nos fala inicialmente sobre o senso comum que as pessoas têm sobre esse conceito para depois apresentar o sentido científico. Para ela, o consenso comum das pessoas sobre política faz com que estas pensem sobre o assunto apenas no momento eleitoral, quando candidatos disputam um cargo no governo e fazem promessas em termos de promoção do bem-estar social, levando as pessoas a acreditarem na sua boa vontade e no seu altruísmo. Para ela, essa ação de candidatos com o intuito de “tirar vantagem” faz com que as pessoas (eleitores), de um modo geral, tornem-se céticas e vejam a política como algo “nocivo à sociedade”. Outras pessoas, ainda dentro do senso comum confundem política com o governo.

Inicialmente e de maneira sintetizada, o termo política na língua portuguesa pode assumir duas conotações principais que a língua inglesa consegue diferenciar usando os termos *politics* e *policy*. Segundo Rua (2012, p. 16), o termo “política”, no inglês, *politics*, faz referência a atividades políticas: o uso de procedimentos diversos que expressam relações de poder e que tem por objetivo influenciar o comportamento das pessoas e “alcançar ou produzir uma solução pacífica de conflitos relacionados a decisões públicas”. (Grifos nosso). Ainda segundo a autora, existe o termo *policy*, também do inglês que é usado para se referir à

formulação de propostas, tomada de decisões e sua implementação por organizações públicas. O foco dessas decisões são temas que afetam a coletividade, mobilizando interesses e conflitos. “[...] *policy* significa a atividade do governo de desenvolver políticas públicas, a partir do processo de política” (RUA, 2012, p. 17).

A política (*politics*) permite a acomodação de forças e viabiliza a tomada de decisões. Em uma sociedade democrática, por meio do voto, o povo escolhe aqueles que vão representá-lo nas discussões e decisões sobre os temas relacionados à dinâmica e ao funcionamento da sociedade. Desde a criação da Constituição até as questões mais simples da vida cotidiana, é no âmbito da política que, na prática, se decide a vida do cidadão.

Como citado anteriormente, o termo política quando com o sentido de *politics* tem na concepção de Secchi (2010, p. 1), o sentido de “atividade humana ligada a obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem”. Quando o termo política assume o sentido expresso pelo termo *policy*, segundo o mesmo autor, é mais concreto e tem relação com orientações para a decisão e ação, sendo que o termo política pública (*public policy*) a ela está vinculado.

Mas o que vem a ser “público”? De acordo com o dicionário Houaiss (2001, p. 2330), o verbete “público” pode significar “1. relativo ou pertencente a um povo, a uma coletividade 2. relativo ou pertencente ao governo de um país, estado, cidade, etc. 3. o que pertence a todos, comum (por oposição a privado) [...]”.

O dicionário Michaelis (1998, p. 1728) ainda acrescenta outra definição relevante para o verbete “público”: “3. A que todos têm direito de assistir”, esta, por sua vez, salienta “público” como algo a que todos têm, igualmente, direito de acesso e participação.

No Brasil, é muito comum a adoção do significado de público, pelo senso comum, como aquilo que pertence ao governo e não o que pertence a todos os públicos.

A decisão política, portanto, é a escolha de um entre vários caminhos possíveis para cada tema relevante para uma sociedade. E a escolha é feita com base nas relações de poder que ali se estabelecem, envolvendo os atores e segundo as regras do sistema político. Ocorre, por exemplo, nas casas do Poder Legislativo em âmbito federal, estadual e municipal. Nesses ambientes, as tomadas de decisão costumam ser precedidas de negociações e arranjos políticos. Esse é um processo natural e necessário nos sistemas democráticos. A política pública (*policy*) surge, então, como desdobramento dessas decisões.

Rua (2012, p. 17) ainda enfatiza a diferença entre política pública e decisão política. A política pública envolve mais de uma decisão e requer “diversas ações estrategicamente

selecionadas para implementar as decisões tomadas”, enquanto decisão política corresponde a uma “escolha dentre um conjunto de possíveis alternativas” que envolve a hierarquia das preferências dos atores envolvidos”.

Diante do exposto, pode-se dizer então que políticas públicas (*policy*) são uma das resultantes das atividades (*politics*) que compreendem o conjunto das decisões e ações que envolvem valores e bens públicos.

1.2 Tópicos gerais sobre políticas públicas

Nas últimas décadas, muito se tem falado sobre o termo “políticas públicas”. Afinal qual o significado disso? Que relações existem entre políticas públicas, Estado e sociedade?

Não existe uma única, nem melhor definição sobre o que seja política pública. Inicialmente deve-se compreender que política pública é um conjunto de decisões e não uma decisão isolada. Rua (2009, p. 20) afirma que “embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública”. O termo política pública está muito na moda e a todo momento surge. Significa alguma coisa a ver com o governo. É você pensar o Estado e o governo em ação, ou seja, são todas as atividades que partem do Estado e a forma como isso é exercido.

Ribeiro (2013, p. 3) assevera que existem várias definições doutrinárias para política pública e traz definições de Mead e Lynn. Mead (*apud* RIBEIRO, 2013) defende que algumas descrições se centram no papel do Estado, define política pública como um campo inerente ao estudo da política e analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Lynn (*apud* RIBEIRO, 2013) a define como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos (abordagem estatista). Existe ainda outro grupo de teóricos que centra a análise das políticas no seu objeto e objetivo, ou seja, o atendimento do interesse público dentro ou fora do Estado.

Para Rua (2009, p. 24), a dimensão pública de uma política é dada pelo seu caráter jurídico imperativo, assim políticas públicas (*policy*) compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos. Complementa dizendo que ações e decisões privadas, ainda que sejam de interesse público não se confundem com atividade política e com política pública.

Heidemann (*apud* SILVA, 2012, p. 18) afirma que a definição de política pública inclui dois elementos-chave: ação e intenção. Pode haver uma política sem intenção formal

manifestada, porém não haverá uma política positiva se não houver ações que materializem a intenção, ou seja, não há política pública sem ação. Já Souza (*apud* SILVA, 2012, p. 18), resume política pública como o campo de conhecimento que busca “colocar o governo em ação”. Ele cita que: “A formulação de políticas públicas ocorre quando os governos democráticos transformam seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real”.

Dye (*apud* HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013, p. 6) assevera que “o agente primário da *policy-making* pública é um governo”. E o que significa isso? Significa que falar em política pública é se referir à iniciativa sancionada por governo; muito embora, muitas vezes, as atividades dos atores não governamentais possam influenciar as decisões políticas dos governos.

Os esforços e iniciativas dos atores não constituem em si, política pública. Para exemplificar, Howlett, Ramesh e Perl (2013, p. 7) mencionam que a classe médica (atores) podem se reunir e propor soluções para causas do câncer de pulmão, para a prevenção e a cura, podem até “ter alguma influência sobre o que o governo eventualmente venha a fazer”, mas apenas como uma “política de cuidados para a saúde”. A solução proposta pela classe médica para o problema em si não é uma política pública; pois somente as “medidas que um governo adote ou endosse” constituem de fato, uma política pública. O exemplo seria “a proibição de venda ou uso de tabaco”.

Rua (2009, p. 22) afirma que no caso de uma ação por parte da sociedade para tratar de um problema público, como por exemplo, o Movimento pela Cidadania contra a Fome e a Miséria, mais conhecido como “movimento do Betinho”, tem-se uma ação privada de interesse público. Diferentemente para ela, o Programa Bolsa Família é parte de uma política pública de combate à fome e à miséria.

Secchi (2010, p. 2) admite que atores não estatais têm influência no processo de elaboração de políticas públicas, mas não confere-lhes o privilégio de estabelecer e liderar o processo.

Como dito anteriormente, há um grupo de teóricos que defende que o importante não é quem formula a política, que pode ser qualquer um, mas a origem do problema a ser enfrentado, sendo esta sua caracterização fundamental. Para Secchi (2010, p. 35), a essência conceitual de políticas públicas é o problema público. Assim uma política pública, recebe este adjetivo, se tem a intenção de responder a um problema público.

Das diversas definições e modelos sobre políticas públicas podem-se extrair e sintetizar seus elementos principais. Souza (*apud* RIBEIRO, 2013, p. 8) sintetiza os elementos principais de políticas públicas:

- i) permitir distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz;
- ii) envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada por meio dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais também são importantes;
- iii) é abrangente e não se limita a leis e regras;
- iv) é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados;
- v) embora tenha impactos no curto prazo, também os tem em longo prazo;
- vi) implica também em implementação, execução e avaliação;
- vii) permitir distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.

Do exposto pelo autor concluímos que política pública significa alguma coisa a ver com o governo. É pensar o Estado e o governo em ação: ou seja, são todas as atividades que partem do Estado e a forma como isso é exercido.

Por sua vez, Lahera (2004, *apud* SILVA, 2012, p. 18) informa que políticas públicas são um fator comum da política e das decisões do governo e da oposição. Desta forma, a política pode ser analisada como a busca para estabelecer ou bloquear políticas públicas sobre determinados temas, ou de influenciar sobre as mesmas. Portanto, parte fundamental da missão do governo se refere à implantação, gestão e avaliação de políticas públicas.

Diante do exposto podemos concluir que quanto mais atores sociais ou institucionais fizerem parte do curso político, mais amplo ele será, sendo, assim, a política pública o resultado das relações estabelecidas entre eles. Logo, a política pública compreende um conjunto de atores ou grupos de interesses que se mobilizam em torno de uma política; instituições, cujas regras de procedimento impedem ou facilitam o acesso de atores às arenas decisórias; processo de decisão, onde os atores estabelecem coalizões e fazem escolhas para a ação; e produtos do processo decisório ou política resultante.

1.3 O ciclo de políticas públicas

A literatura é consensual na identificação das fases da formulação de políticas. Ribeiro (2013, p. 6) fala que o processo de elaboração de políticas públicas (*policy-making process*) também é conhecido como ciclo de políticas públicas e tem a virtude de permitir a

visualização de seus processos e características, em fases sequenciais e interdependentes, facilitando, assim, a comparação e o estudo sobre o assunto.

Ribeiro aponta as fases do ciclo da política pública em Secchi (2010, p. 35), que compreende: a) Identificação do problema; b) Formulação da agenda; c) Formulação de alternativas; d) Tomada de decisão; e) Implementação; e f) Avaliação.

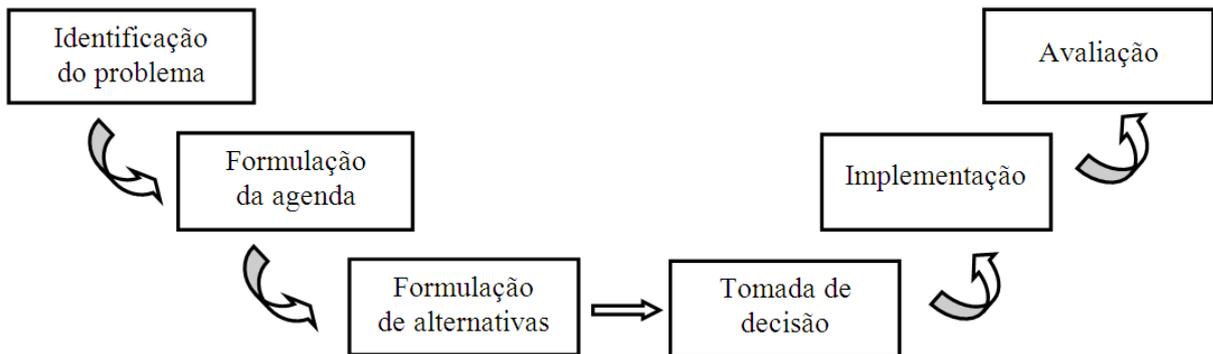


Figura 1 – Ciclo de políticas públicas

Esta abordagem enfatiza a definição de agenda e pergunta por que algumas questões entram na agenda política enquanto que outras são ignoradas.

Na área de políticas públicas, definição do problema é o nome dado ao processo de caracterização de questões na arena governamental. Uma das estratégias importantes é a “política de definição de problemas”, envolvendo a participação do Estado, dos grupos organizados e da mídia, no processo de emergência e caracterização dos assuntos públicos. Nesta etapa, a identificação do problema ocorre dentro de um determinado contexto de organização das instituições públicas, com regras que condicionam o papel dos grupos de interesse e abarca uma série de componentes importantes, para a compreensão da dinâmica que envolve, de um lado, a definição de um assunto público e, de outro lado, a formação de políticas públicas.

Diante do exposto, observamos que a identificação do problema, objeto de intervenção do governo, é produto de intensa negociação entre os grupos sociais e políticos interessados, permeada pela razão (análise informada para a decisão) e pelo conflito (condução do processo decisório). Existem vários mecanismos que alertam para a existência dos problemas, pois problemas chamam atenção não apenas pela pressão política, mas, também, por seus indicadores que permitem enxergar a amplitude e identificar as necessidades de mudança.

A mobilização de grandes e pequenos grupos, ou até mesmo atores sociais individuais articulados e possuidores de recursos de poder (alianças) direcionam o problema a Agenda Governamental.

A partir da identificação do problema se tem a Formação da Agenda. Esta fase é a responsável por inserir o “problema” no processo orçamentário. A agenda de políticas consiste em uma lista de prioridades. Nela, intervêm atores sociais que lutam para ver as questões de seu interesse incluídas. Coexistem várias agendas, mas nem sempre suas questões coincidem. Assim é que existe agenda de decisão, agenda governamental e agenda da sociedade.

Na Agenda, participam atores governamentais e não governamentais. Ela pode conter um dos três tipos de demandas. As demandas se classificam em novas, recorrentes e reprimidas. As demandas novas são aquelas que resultam da mudança social e/ou tecnológica, do surgimento de novos atores políticos ou de novos problemas. As recorrentes são as que expressam problemas não resolvidos ou mal resolvidos e que estão sempre retornando ao cenário político e na agenda governamental. Por fim, as demandas reprimidas correspondem a “estados de coisas” ou “não decisões”.

Um “estado de coisas” é uma situação que se arrasta durante um tempo razoavelmente longo, incomodando grupos de pessoas e gerando insatisfações sem, entretanto, chegar a mobilizar as autoridades governamentais. É uma situação que incomoda, prejudica, gera insatisfação para muitos indivíduos, mas não chega a constituir um item da agenda governamental.

Desse modo, de acordo com a teoria do ciclo da política pública, a fase de elaboração de uma agenda é aquela onde interesses e propostas são colocados na “mesa” de negociações, definindo-se preferências que são adaptadas ao projeto político governamental.

Após a definição da Agenda Governamental, as ações para a superação e/ou resolução do problema são delimitadas. Alternativas políticas são soluções disponíveis para auxiliar na formação de propostas de política. Há quem defina formulação de alternativas como ‘criação de ideias’. Essas se confrontam e nesse processo de seleção alguns atores envolvidos devem ser conquistados e devem ser buscadas estratégias que garantam a sobrevivência de uma ideia, quando esta demonstra ser tecnicamente possível, funcional e passível de implementação.

Construção de alternativas é o momento em que são elaboradas ações, estratégias, programas e métodos a fim de alcançar os objetivos estabelecidos. Esta é a fase de decisão de quais ações públicas vão ser desenvolvidas para resolução do problema em questão. A etapa

de formulação é permeada por disputa política e ideológica por isso se faz necessário se utilizar de negociações entre os diversos atores sociais envolvidos no processo para que os diferentes interesses sejam contemplados, mesmo que não contemple todos os interesses, dada à diversidade de atores sociais e concepções políticas envolvidas no processo.

Quanto a fase de implementação, esta consiste na materialização dos objetivos identificados na formulação das alternativas. Aqui, temos um cenário caracterizado como incerto, pois propicia aos agentes implementadores autonomia em relação às formas de implementação, podendo, assim, desestruturar a política pública.

Essa fase é decisória, visto que determinará como o programa de fato será realizado, sendo do mesmo modo uma arena de poder, composta por distintos interesses. Mitnick e Backoff (*apud* ARRETCHE, 2001, p. 49) ratificam que é:

[...] mais que uma fase (técnica e obediente) que sucede a formulação (política) de programas, a implementação pode ser encarada como um jogo em que a autoridade central procura induzir agentes [implementador] a colocarem em prática objetivos e estratégias que são alheios.

De tal modo, compreendemos que mesmo quando são utilizados recursos de poder no processo de implementação ou obtendo o consentimento por parte dos agentes implementadores da política, os resultados podem ser inesperados. Seguindo este raciocínio, Frey (*apud* SILVA, 2012, p. 18) esclarece que o processo de formulação e implementação de políticas públicas pode sofrer transformações no seu decorrer devido a alterações que ocorrem nas arenas políticas, portanto é fundamental levar-se em conta este caráter dinâmico ou a complexidade temporal dos processos políticos.

O processo de implementação consiste em ser de suma importância, pois o mesmo tem poder decisivo no desenho que o programa foi pensado, podendo distanciar os objetivos de sua real prática, visto que depende de alguns aspectos como: o entendimento dos agentes implementadores da política, recursos financeiros, estratégias, condições políticas, condições ideológicas e condições materiais. O elemento imprescindível, já citado anteriormente, é o recurso de poder, também conhecido por alianças, ele é o responsável para que o programa seja desempenhado assim como foi proposto.

A avaliação faz referência à fase de julgamento da política pública. É o processo em que serão julgados os impactos e eficiência do programa. Nesta etapa busca-se conferir, ampliar, revisar, prosseguir ou terminar a política em questão. Dessa forma, são contabilizados os ganhos e as falhas da política. Cabe salientar que a avaliação deve levar em

consideração os diversos aspectos sociais, políticos e institucionais que levaram o programa a tal desempenho, fracasso ou sucesso.

Por fim, concluímos que o processo de construção de uma política pública não se constitui isoladamente em etapas fragmentárias, mas sim na totalidade articulada e no movimento real da realidade em que se busca intervir.

1.4 Políticas públicas e Estado

Hofling (2001, p. 30) define políticas públicas como “formas de interferência do Estado, visando à manutenção das relações sociais de determinada formação social”. As *políticas públicas* significam a coordenação dos meios à disposição do Estado, de forma a harmonizar as atividades estatais e privadas para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados.

O Estado é responsável pela proteção aos mais carentes e pela regulação de relações econômicas e sociais. Para que haja uma melhor compreensão e avaliação das políticas públicas sociais implementadas por um governo é fundamental a compreensão da concepção de Estado e de política social que sustentam tais ações e programas de intervenção. Tão importante quanto a implementação e a avaliação de uma política pública é a relação fundamental que se estabelece entre Estado e as políticas que este implementa em uma determinada sociedade.

Na análise e avaliação de políticas implementadas por um governo, fatores de diferentes natureza e determinação são importantes, especialmente quando se focaliza as políticas sociais (usualmente entendidas como as de educação, saúde, previdência, habitação, saneamento, entre outras). Os fatores envolvidos para a aferição de seu “sucesso” ou “fracasso” são complexos, variados, e exigem grande esforço de análise.

Aqui, é fundamental ressaltarmos a diferenciação entre Estado e Governo. Entende-se Estado como o conjunto de instituições permanentes, como por exemplo, órgãos legislativos e tribunais, que possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e entre outros) e propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período. Já políticas públicas são aqui entendidas como o Estado em ação; é o Estado

implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade.

As necessidades sociais, ao tempo do modelo de Estado antecedente, eram subsumidas à noção de interesse público. Atualmente, com o aumento do pluralismo social, “necessidades sociais nunca antes sentidas passaram a reclamar ações do poder público, muitas de natureza prestacional, atingindo áreas da vida pessoal e social que estavam fora do âmbito da política” (RUA, 2012, p. 16). Em regra, as políticas públicas representam uma temática complexa.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, houve o aprofundamento de uma outra função qualitativa do Estado, correspondente à realização dos direitos sociais, culturais e econômicos. Já o modo de ação caracterizador do Estado Social é um modo de agir ordenado sob a forma de políticas públicas, que é um conceito mais amplo que o de serviço público, haja vista que contempla também as funções de coordenação e de fiscalização dos agentes públicos e privados. O fundamento das políticas públicas é, a rigor, a existência dos direitos sociais, aqueles que precisam se concretizar mediante prestações positivas do Estado. Enquanto os direitos individuais consistem em liberdades, os direitos sociais consistem em prestações.

A função estatal de coordenar as ações públicas, que congregam os serviços públicos e os agentes privados para a realização dos direitos dos cidadãos (assistência social, habitação, previdência, saúde, educação) justifica e legitima a ação do Estado. Esse raciocínio não explica, porém, todas as formas e modalidades de *políticas públicas* existentes, porquanto existem as de fomento industrial, de energia, de transportes que não se fundamentam necessariamente na realização de Direitos Fundamentais sociais, mas se inserem numa política de desenvolvimento, que possibilitam uma elevação do nível e da qualidade de vida da população, que também representa um escopo para o Estado contemporâneo.

Analisando este ponto de vista, o Estado não se reduz à burocracia pública, em que os organismos estatais planejam e programam as políticas públicas, agindo como mero instrumento de planejamento e execução dessas políticas.

Sendo as políticas públicas programas de ação governamental que têm por objetivo coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados, a política, é, nesse sentido, o processo de escolha dos meios para a realização dos objetivos do governo, com a participação dos agentes públicos e privados. RUA (2012, p.16) destaca ainda que as “políticas públicas são

os programas de ação do governo, para a realização de objetivos determinados, num espaço de tempo certo”.

Cabe ao Estado o desenvolvimento e a realização de políticas públicas de longo prazo, com vistas ao desenvolvimento econômico e social. É adequado se falar em políticas públicas de longo prazo, pois há projetos que a realização ultrapassa a duração de um governo.

A política pública, pois, transcende os instrumentos normativos do plano ou do programa. Neste aspecto, os planejamentos, planos e programas serão os instrumentos pelos quais serão instrumentalizadas as políticas públicas, na qual, para tal, expressar-se-ão em leis que permitam institucionalizar suas diretrizes e metas. Contudo, o termo política pública é mais abrangente que o de plano ou de programa (os quais apenas escolhem meios de realização das metas de governo), compreendendo, para tanto, um ensejo de opção entre os objetivos (havendo, portanto, uma hierarquização) da qual depende dos agentes através de uma escolha de prioridades.

A efetividade de uma política pública está relacionada com a qualidade do processo administrativo que precede a sua realização e que a implementa. As informações sobre a realidade a transformar, a capacidade técnica e a vinculação profissional dos servidores públicos determinará os resultados como instrumento de desenvolvimento.

1.5 Políticas públicas e sociedade

Bobbio (*apud* SANTILLÁN, 2007, p. 139) informa que o termo política é empregado para designar a esfera das ações que têm correlação direta ou indireta com a conquista e o exercício do poder sobre uma comunidade de indivíduos em um território. O autor ainda nos diz que:

Toda ação política é uma ação social em duplo sentido: interindividual e grupal. Mas nem toda ação social é política. A política é uma das grandes categorias nas quais se divide o universo social, aquela em que se realizam as relações entre indivíduos, em que se formam grupos de sujeitos e se desenvolvem relações entre grupos.

Necessariamente o âmbito da política abrange as relações de poder que em toda sociedade se estabelece entre indivíduos e grupos. Bobbio (*apud* SANTILLÁN, 2007, p. 140) nos diz que o poder é a capacidade de um sujeito influir, condicionar e determinar o comportamento de outro indivíduo. A relação política é uma das muitas formas de relação de poder entre os homens. E a finalidade da política é o bem comum.

1.6 O Governo como grande executor de políticas públicas

Howlett, Ramesh e Perl (2013) apontam que somente um governo executa políticas públicas. Essa afirmação pode ser constatada em nosso país. Um observador atento de políticas públicas reconhece que nos últimos 20 anos houve um avanço. Isso ocorreu após a Constituição de 1988, que ampliou os direitos sociais, embora grandes desafios existam para que essas sejam implementadas.

Neste trabalho falamos sobre algumas políticas sociais, focadas na educação. Não somos ingênuos em considerarmos que temos uma educação pública de qualidade, em todas as modalidades, que proporciona cidadania ao público que dela necessita. Mas também não somos injustos em dizer que nada está sendo feito. Pelo contrário, o governo federal há muito iniciou uma batalha para que o serviço público relacionado à educação pública de qualidade melhorasse.

A constatação do que estamos falando pode ser facilmente encontrada, quando abrimos o site do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Lá encontramos dezenas de ações e programas que correspondem a implementação de políticas públicas, para a educação, como por exemplo as que são acompanhadas pela Secretaria da Educação Básica (SEB).

A SEB zela pela educação infantil, pelo ensino fundamental e pelo ensino médio. A educação básica é o caminho para que todos os brasileiros tenham assegurados a formação comum indispensável para o exercício da cidadania. A SEB também é responsável em fornecer meios aos que necessitam do serviço de educação para que possa progredir no trabalho e em estudos posteriores. A seguir relacionamos os programas acompanhados, atualmente pela SEB: Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, Mais Educação, Ensino Médio Inovador, Parlamento Juvenil do Mercosul, Proinfância, Saúde na Escola, Atleta na Escola, Formação Continuada para Professores, Livros e Materiais para Escolas, Estudantes e Professores, Tecnologia a Serviço da Educação Básica, Apoio à Gestão Educacional, Infraestrutura, Avaliações da aprendizagem, Prêmios e Competições, TV Escola.

São tantas ações que não nos compete falar nesta pesquisa sobre todas elas. Escolhemos falar sobre algumas políticas públicas relacionadas com a educação básica e procuramos analisar junto aos gestores públicos entrevistados, quais dessas ações e programas estão sendo efetivamente implementadas no seu ambiente de gestão pública, no qual

trabalham. No decorrer do desenvolvimento deste, apontaremos quais políticas públicas sociais nos debruçamos em conhecer um pouco mais.

2 POLITICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

A história da educação no Brasil relata que, durante muito tempo, não houve interesse, por parte dos detentores do poder, em fazer da escola um espaço que tivesse como foco uma gestão de qualidade. Isso é decorrência de uma cultura sedimentada em um regime autoritário, baseada mais no direito da força do que na força do direito. Na verdade, todos os direitos conquistados pela humanidade são reflexos de lutas e com o direito à educação isso não poderia ser diferente (CAVALCANTE, 2011).

É nessa esteira que se coloca Ihering (2007, p. 27) quando cita que “o fim do direito é a paz, o meio que se serve para consegui-lo é a luta”.

No vídeo intitulado “Enfoque das políticas públicas recentes em educação”, Rosa (2013, *online*) dá ênfase a importância de se conhecer a história da educação:

[...] quem gosta de políticas públicas, quem procura entender o que é políticas públicas necessita conhecer um pouco de História da Educação Brasileira. Não há possibilidade de nós procurarmos ver os fatos circunstanciais de hoje sem relacioná-los à História. Se pararmos para pensar nada acontece sem que haja uma linha de tempo percorrendo os fatos.

Ainda sobre o vídeo, Rosa (2013, *online*) reconhece que: “As políticas públicas têm sido construídas à base do confronto de forças políticas” que influenciaram todo um processo histórico e econômico, focado na educação brasileira. Rosa (2013, *online*) acrescenta ainda que:

No final da década de 70 e início da década de 80 começa a surgir no cenário marcado pelo início de Um novo caminho político e o fervilhar que acontecia naquela ocasião de discussões sobre a necessidade de liberdade de expressão toma corpo com a organização das entidades civis: quer acadêmicas, quer sindicais. Os sindicatos foram para as ruas, fazendo greve. Por melhores condições salariais. As discussões entre as entidades civis ajudaram a fervilhar aquele caldeirão que se iniciava enquanto discussões. É nesse sentido que aparece a possibilidade de intervenção, uma vez que a Assembleia Constituinte estava se organizando para mudar a Constituição que já se encontrava caduca.

A autora supracitada aponta um outro aspecto histórico que foi a IV conferência Brasileira de Educação ocorrida na cidade de Goiânia, em 1986. O que significou essa conferência? Nessa conferência professores debatiam as questões educacionais e tentavam se organizar a fim de encaminhar aos constituintes a proposta dos educadores para a Constituição brasileira.

A conferência significou um marco referencial, pois foi através dela que foi possível reunir em um documento encaminhado à Câmara Federal propostas dos educadores que queriam que fossem acolhidas. Para surpresa dos professores, as propostas foram acolhidas e se tornaram princípios que foram inseridos na Constituição Federal de 1988, tida como Constituição cidadã.

De acordo com Hengemühle (2010, p. 42), no final do século passado, o “relatório Delors”¹ trouxe um eixo condutor para a educação no século XXI. É um referencial significativo que idealiza um perfil para o aluno, dos países que ratificaram o relatório. São quatro pilares que forma o perfil do aluno, os conhecidos aprenderes: *ser, conviver, conhecer e fazer*. O relatório mencionado suscita preocupações e necessidades globais que solicitam da educação contemporânea a formação de “pessoas capazes de revitalizar a humanização da vida”. O referido autor compreende que:

[...] aprender a conhecer, isto é, adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes. (HENGEMÜHLE, 2010, p. 42)

Podemos dizer que a educação que queremos ter é a que seja capaz de acompanhar as profundas transformações ocorridas na sociedade. E a escola é o espaço reservado para isso, local onde se desenvolvem, aplicam-se as capacidades como a memorização, a observação, a comparação, a comunicação e o risco, prepara para a vida e para o mundo do trabalho.

A educação que queremos exige o *diálogo*, o compromisso, o *pensar certo*, palavras-chave da teoria de Freire (2008, p. 21). O diálogo como fenômeno humano é a palavra constituída em duas dimensões: ação e reflexão (práxis) que são interligadas, uma não pode existir sem a outra para constituir o verdadeiro diálogo.

O compromisso implica a capacidade de o homem reconhecer-se como ser inacabado e assim, poder atuar, refletir, operar, transformar sua realidade. Ação e reflexão são inseparáveis na teoria de Freire. O homem compromissado é aquele que se reconhece como inacabado, reflete sobre isso e, transforma sua realidade, com ação, amor, solidariedade.

O verdadeiro compromisso envolve a solidariedade. Freire (2008, p. 21) afirma que “o compromisso não pode ser um ato passivo, mas práxis – ação e reflexão sobre a realidade”.

¹ O relatório Delors, realizado em 1999, é resultado da contribuição de 15 pesquisadores de diversas partes do mundo.

Quanto ao *pensar certo*, aqui colocado sob a ótica do professor, segundo Freire (1996, p. 29), tanto implica o:

[...] respeito ao senso comum no processo de sua necessária superação quanto o respeito e o estímulo à capacidade criadora do educando. Implica o compromisso do educador com a consciência crítica do educando cuja “promoção” da ingenuidade não se faz automaticamente.

Os educadores são profissionais que têm uma responsabilidade muito grande dentro desse contexto, por isso necessitam do “compromisso”, do “diálogo”, do “pensar certo” a que Paulo Freire se refere em suas obras. A educação que queremos ter é a educação libertadora, dialógica e ao mesmo tempo emancipadora.

2.1 Situação atual das políticas públicas em educação

Reza o art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, também conhecida como Lei de Diretrizes e Base (LDB), que a União incumbir-se-á de elaborar o Plano de Educação, em colaboração com os Estados, Distrito Federal e os Municípios. Carneiro (2010, p. 124) comenta que a ideia de um Plano Nacional de Educação tem sido um desejo inconcluso da sociedade brasileira, pois “falta uma filosofia educacional consistente” que dê base à política nacional de educação. O autor aponta as “dimensões” que, sob sua ótica, deva conter a filosofia educacional que atenda aos anseios da sociedade: a dimensão especulativa, a indicativa, a analítica e por fim, a prescritiva. Qual o significado de cada uma dessas dimensões? É o que se pretende apresentar, à luz da concepção de Carneiro (2010, p. 124):

- a) A dimensão “especulativa” deve “buscar teorias da natureza do homem, da sociedade e do mundo e, mediante estas teorias, ordenar e interpretar os dados da pesquisa educacional e das ciências do comportamento”;
- b) A dimensão “indicativa” deve “identificar os fins que a educação busca e os meios para chegar a eles”;
- c) A dimensão “analítica” que busca esclarecer “os enunciados especulativos e prescritivos, sobretudo, mediante o entendimento da lógica dos conceitos educacionais e de sua conformidade” ou “desconformidade”, desde que garantam uma “visão de totalidade” e, finalmente,
- d) A dimensão “prescritiva” que busca “balizar todo o processo de execução dos elementos de funcionalidade”.

Após uma discussão lenta e polêmica, o Plano Nacional de Educação (PNE) foi aprovado no início de 2001. “Com um alcance de dez anos, o PNE oferece à educação

nacional um conjunto de diretrizes e metas balizadoras das políticas educacionais do país” (CARNEIRO, 2010, p. 126).

O PNE é uma lei que traz “um instrumento de políticas, diretrizes e ações e metas” para dar um norte à sociedade brasileira, “na condução de ações educativas e prioritárias”. Para que esta perspectiva seja alcançada é necessário “o compartilhamento e a integração entre todas as esferas e agentes do processo educativo, incluindo a União, os estados e municípios, as escolas e seus gestores, os professores, os alunos e suas famílias. A sociedade, enfim!” (CARNEIRO, 2010, p. 124).

Carneiro (2010, p. 126) salienta que, não só as metas não estão sendo atingidas como hoje o Brasil enfrenta “uma situação confusa no que tange ao planejamento e execução de suas políticas de educação”. Qual a razão da confusão apontada pelo autor? Ora, se de um lado, existe o PNE aprovado em 2001, de execução compulsória por ser lei, de outro, também há o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que o autor tece tremenda crítica ao reconhecê-lo “pobre em referencial teórico e em elementos de análise dos municípios brasileiros, com os quais o MEC deverá firmar convênios”, acrescentando ainda que “os decretos assinados na oportunidade da apresentação do PDE dizem muito pouco”.

Afinal, de que trata o PDE? É um planejamento de desenvolvimento educacional, composto por vários decretos, tais como: o decreto do “Brasil Alfabetizado”, o decreto dirigido aos municípios “Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)”, outro que dá conta da criação da expansão da rede dos “Institutos Federais de Educação Tecnológica (IFET)” e finalmente, o decreto que trata do plano de “Ensino Superior”, através da Reestruturação e Expansão do Ensino Superior (REUNI).

Em suas críticas ao PDE, Carneiro (2010, p. 126) enfatiza que a espinha dorsal desse plano diz respeito ao decreto referente ao IDEB, pois ele nada mais é que “uma mera transcrição dos vinte e oito pontos do *Compromisso Todos Pela Educação*. Segundo o autor, “O Todos Pela Educação” é um documento de intenções, no qual não “tem força de inovar nem mudar”, primeiro porque o problema da educação não é só um problema de gestão, mas porque também as esferas administrativas de poder, representadas pelos governos federal, estadual e municipal “não cumprem com rigor e adequação legal a lei dos respectivos orçamentos”.

Finalmente, enfatizando as críticas, Carneiro (2010, p. 128) considera que com o PDE, os Planos Estaduais e Municipais de Educação foram afetados, perdendo “a função de instrumentos de referência para a execução das políticas públicas prioritárias em educação, na

diferentes esferas administrativas”, uma vez que elaborados antes do PDE, esses Planos foram objeto de investimento em termos de tempo, de consultorias e de mobilização de órgãos, tais como: MEC, Conselho Nacional de Educação (CNE), Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNIDIME), fóruns dos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Banco Mundial, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), entre outros. A consequência final é que os profissionais da área educacional se queixam, nos estados e municípios que a única coisa que fazem é “cumprir programas de treinamento”, no qual o pacote já vem pronto, já que não existe autonomia para produzir um planejamento independente. “As Secretarias de Educação tratam as escolas como instâncias balconistas, cumpridoras de tarefa e, como laboratórios de ensino”.

A par de todas as críticas apontadas por Carneiro (2010), trazemos neste momento o novo PNE que foi sancionado pela Presidente Dilma Rousseff e se transformou na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. O Novo PNE estabelece, em síntese, que existem 20 metas e estratégias para o setor da Educação, nos próximos dez anos, além do investimento de 10% do Produto Interno Bruto (PIB). O plano prevê a erradicação do analfabetismo e universalização da educação infantil (crianças de 4 a 5 anos), do ensino fundamental (6 a 14 anos) e do ensino médio (15 a 17 anos).

O plano determina que 50% das escolas públicas deverão oferecer educação em tempo integral, a fim de atender pelo menos 25% de todos os alunos da educação básica. A escolaridade média da população de 18 a 29 anos deverá ser elevada e alcançar mínimo de 12 anos de estudo. O número de matrículas na pós-graduação também precisará crescer. O plano prevê ainda formação de 60 mil mestres e 25 mil doutores por ano ao final de sua vigência.

O art. 2º da Lei nº 13.005/2014 trata das diretrizes. São elas:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

A execução do PNE e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizadas pelo MEC, pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, pelo CNE e pelo Fórum Nacional de Educação é o que está no art. 5º.

O plano estabelece, dentre outras coisas que a União promova pelo menos 2 (duas) conferências nacionais de educação, a cada 4 (quatro anos) até o final do decênio de duração do plano, com o objetivo de avaliar a execução dele. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto do plano.

2.2 Ações do MEC

O governo federal, através do MEC tem elaborado diversas ações ou programas com o intuito de implementar as políticas públicas sociais com o foco na educação. Muito interessante é o Programa Escola Acessível, este programa tem como objetivo: promover condições de acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e à comunicação e informação nas escolas públicas de ensino regular.

As ações desse programa são as seguintes:

- O Programa disponibiliza recursos, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), às escolas contempladas pelo Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Por este programa são financiáveis as seguintes ações;
- Adequação arquitetônica: rampas, sanitários, vias de acesso, instalação de corrimão e de sinalização visual, tátil e sonora;
- Aquisição de cadeiras de rodas, recursos de tecnologia assistiva, bebedouros e mobiliários acessíveis.

Existe também, o Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais cujo objetivo é:

[...] apoiar a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE, prestado de forma complementar ou suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem.

O programa disponibiliza às escolas públicas de ensino regular, conjunto de equipamentos de informática, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade para a organização do espaço de atendimento educacional especializado. Cabe ao sistema de ensino, a seguinte contrapartida: disponibilização de espaço físico para implementação dos equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos de acessibilidade, bem como, do professor para atuar no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Outro Programa que gostaríamos de privilegiar é o “Mais Educação”. Este programa foi instituído pela Portaria Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007, e regulamentado pelo Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010. Caracteriza-se como uma estratégia do MEC para “induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral”.

Como funciona? Em síntese, da seguinte forma: As escolas das redes públicas estaduais, municipais e do Distrito Federal fazem a adesão ao Programa e, de acordo como projeto educativo em curso, optam por desenvolver atividades nos macrocampos de acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

São tantas ações, como foi mencionado e por que somente relatamos esses três? Simplesmente porque neste trabalho não desenvolvemos um estudo profundo sobre as políticas públicas, especialmente sobre as ações do MEC. Apontamos as três porque foram essas que demos destaque quando efetuamos as entrevistas, o que comentaremos no momento oportuno.

2.3 O princípio da gestão democrática

A gestão democrática como princípio da educação nacional é presença obrigatória em instituições escolares. Na opinião de Cury (2010, p. 17):

[...] é a forma não violenta que faz com que a comunidade educacional se capacite para levar a termo um projeto político pedagógico de qualidade e possa também gerar ‘cidadãos ativos’ que participem da sociedade como profissionais compromissados e não se ausentem de ações organizadas que questionam a invisibilidade.

A gestão democrática como princípio começa com a elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP). Ele é o *iter* que conduz ao processo de gestão democrática. É nessa esteira que os arts. 12, 13 e 14 da LDB, determinam o rumo deste processo, de modo que a gestão do projeto pedagógico é tarefa do corpo docente e “se volta para a obtenção de um outro princípio constitucional da educação nacional que é a garantia do padrão de qualidade”, teor do art. 206 da Magna Carta.

De acordo com Cury (2010, p. 18), o princípio “da garantia do padrão de qualidade”, que é constitucional, foi “reposto na LDB” em dois momentos, em artigos diferentes. No art. 25, a qualidade diz respeito à existência de condições adequadas de trabalho, enquanto no art. 75, a qualidade se refere à distribuição dos recursos financeiros.

O princípio de gestão democrática, atendendo aos ditames constitucionais e contidos na meta 22, do capítulo de Gestão do PNE, é efetivado de maneira que se respeite o princípio federativo e o da participação, que se consubstancia, como mencionado por Cury (2010, p. 20), em “definir, em cada sistema de ensino, normas de gestão democrática do ensino público, com a participação da comunidade”.

Cury (2010, p. 20) conclui que a matéria que existe em termos de gestão democrática “é uma substância necessária para sua efetivação”, mas ainda não o suficiente para atingir a cidadania como meta de uma República Federativa e Democrática. Cury (2002, *apud* CURY, 2010) afirma que:

Voltada para um processo de decisão baseado na participação e na deliberação pública, a gestão democrática expressa um anseio de crescimento dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade enquanto sociedade democrática. Por isso a gestão democrática é a gestão de uma administração concreta. Por que concreta? Por que o concreto (*cum crescere*, do latim, é crescer com) é o nasce com e que cresce com o outro. Este caráter genitor é o horizonte de uma nova cidadania em nosso país.

2.3.1 Conhecendo o Projeto Político-Pedagógico (PPP)

O que significa Projeto Político-Pedagógico? Todos os atores que tratam do tema vêm como algo que dá um norte, um rumo. Consideram-no uma bússola, por isso o PPP dá um norte, um rumo, direciona para que objetivos sejam atingidos. Veiga (2010, p. 9) vê tal projeto “como uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente, em busca do possível”. O PPP parte dos princípios da igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério. Sete elementos

compõem o referido projeto: a) as finalidades da escola; b) a estrutura organizacional; c) o currículo; d) o tempo escolar; e) o processo de decisão; f) as relações de trabalho; g) a avaliação.

Afinal, o que vem a ser o Projeto Político-Pedagógico? O termo projeto vem do latim *projectu*, particípio passado do verbo *projicere* que significa lançar para adiante. Para nós tem o sentido de plano, intento, desígnio.

Veiga (2010, p. 15) aponta três pontos básicos para a compreensão da especificidade do projeto: a) o projeto é uma antecipação; b) é utópico e c) é construído coletivamente. O projeto é uma antecipação. O prefixo *pro* significa antes. Isto significa que o projeto dirige-se para o futuro, lança-se na direção do possível. “Relaciona-se com um tempo a vir, com o futuro de que constitui uma antecipação, uma visão prévia”. A dimensão utópica significa o futuro “a fazer”, “um possível a se transformar em real”, “uma idéia a transformar-se em ato”. É “uma construção coletiva”, “tem efeito mobilizador”.

2.3.2 Autonomia

Autonomia, segundo Ferreira (2009), significa faculdade de se governar a si mesmo; direito ou faculdade de se reger (uma nação) por leis próprias; liberdade ou independência moral; condição pela qual o homem pretende poder escolher as leis que regem a sua conduta.

A autonomia quando se relaciona com a prática da gestão democrática, segundo Lück (2011, p. 89), é um conceito que exige múltiplos significados acompanhados de esforços para vivenciá-lo e interpretá-lo, muitas vezes significando uma prática de discurso, uma intenção, ao invés de uma prática concreta; outras vezes, é apenas um conceito utilizado com o fim de “escamotear” a falsa intenção em agir e omissão. É a partir do conceito de autonomia que “são organizados programas que influenciam, explicam e legitimam ações de repercussão social muito grande”. Assim é o entendimento de Lück (2011, p. 89):

A autonomia consiste em um conceito complexo, com múltiplas nuances e significados, quase tantos quantos esforços existem em vivenciá-lo e interpretá-lo. Algumas vezes, porém, no âmbito de sistemas de ensino e respectivas escolas, ele é muito mais uma prática de discurso, uma intenção, uma proposta ou um desejo, do que uma prática concreta manifestada em ações objetivas, visando a transformação evolutiva de práticas sociais. Outras vezes é apenas um conceito utilizado com o fim de escamotear a falta de intenção em agir e omissão, questionando determinações centrais, por mais legítimas que possam ser.

Podemos dizer que a autonomia é um processo contraditório, que se orienta por princípios, por valores. Karlin (1997, *apud* LÜCK, 2011, p. 94) afirma que “ela tem por princípio o atendimento da necessidade e orientação humana de liberdade e de independência, que lhe garantem espaços e oportunidades para a iniciativa e a criatividade, que são impulsionadores do desenvolvimento”.

A autonomia se realiza em quatro dimensões: a financeira, a política, a administrativa e a pedagógica. Nenhuma delas se basta por si para caracterizar a gestão escolar, pelo contrário, todas são interdependentes, estando uma a serviço da outra. A autonomia da gestão escolar se constrói com autoridade, com o sentido de autoria. Segundo Lück (2011, p. 104), “Trata-se de uma autoridade intelectual (capacidade conceitual), política (capacidade de compartilhar poder), social (capacidade de liderar e orientar-se por liderança) e técnica (capacidade de produzir resultados e monitorá-los)”.

2.3.3 Conselho Escolar

Não há como falarmos em Gestão Democrática sem falarmos de Conselhos Escolares. Para Camargo (1997, p. 265),

[...] a gestão democrática implica o controle do Estado pela sociedade civil, ou seja, é no envolvimento da comunidade na decisão dos rumos dos serviços oferecidos pelo Estado que se podem obter melhores serviços e uma maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Baseando-se nessa linha de argumentação, Habermas (1986, p. 920) defende que a democracia na escola se sustenta na ideia de que “todos os envolvidos no processo pedagógico têm capacidade de representar seus próprios interesses e de regular seus atos por iniciativa própria”.

Guerra (1994, p. 183) pressupõe que:

- o poder e a tomada de decisões devem ser compartilhados por alguns ou por todos os membros da organização;
- existe um conjunto de valores e de objetivos comuns que são compartilhados por todos os integrantes;
- todos os membros da organização têm uma representação formal nos órgãos de decisão;
- a organização deve determinar políticas e tomar decisões através de processos de discussão guiados pelo consenso.

É no final da década de oitenta que os conselhos escolares começam a adquirir centralidade. Estes conselhos se tornaram presentes não só no âmbito das discussões pedagógicas, administrativas e financeiras, como também no âmbito das políticas governamentais e no campo da legislação educacional. A discussão acerca da necessidade de criação e efetivação dos conselhos nas unidades escolares vinculava-se à compreensão da importância da participação ativa dos diferentes segmentos na vida da escola em seus diferentes processos educativos.

Em tese, os conselhos escolares são os locais onde é capaz de se dar voz a quem não tem voz (CAMARGO, 1997, p. 291), isto é, são espaços potenciais do diálogo, da ação comunicativa. Para Pinto (1994, p. 153), os conselhos escolares como “fóruns de discussão e deliberação nascem não de um ato de vontade de um grupo de indivíduos que lutam por justiça ou liberdade, mas como uma necessidade que encontra seus fundamentos nos próprios processos de racionalização societária”. Segundo Bordignon (2004, p. 22), “os conselhos de educação inserem-se na estrutura dos sistemas de ensino como mecanismos de gestão colegiada, para tornar presente a expressão da vontade da sociedade na formulação das políticas e das normas educacionais e nas decisões dos dirigentes”.

Para Guerra (1994, p. 185), os conselhos escolares, positivamente e sinteticamente:

- têm contribuído com a sensibilização da opinião pública sobre a importância e a complexidade do fato educativo;
- têm desenvolvido ações que têm tornado possível o aumento da transparência na gestão econômica das escolas e na eliminação progressiva de ações autocráticas;
- têm posto às claras, em muitos casos, as interioridades da escola, contribuindo portanto a um melhor conhecimento da realidade institucional por parte de todos os membros da comunidade educativa;
- têm aberto e desenvolvido uma via de informação.

Ainda de acordo com o exposto por Guerra (1994, p. 185), os conselhos escolares demonstraram capacidade de:

- apoiar reivindicações e solicitações da escola à administração do sistema de ensino e aos poderes públicos, em geral;
- possibilitar a apresentação de ideias dos pais e alunos que não eram comuns entre os professores;
- normalizar o fato de que os membros da comunidade escolar entrem nas escolas;
- assumir as decisões mais comprometidas a respeito da disciplina dos alunos.

Diante do exposto, podemos concluir que os mecanismos da gestão democrática, como os conselhos escolares, são importantes instrumentos a serviço da ampliação da participação social. Estes conselhos adquirem também a função de planejamento, acompanhamento e fiscalização da execução dos projetos da escola e de onde e como se gastam as verbas que ela recebe, ou seja, torna-se um órgão fundamental de controle social das verbas públicas destinadas à educação. Porém, segundo Habermas (1990), a sua simples existência e mesmo funcionamento formal não garantem que a força dos argumentos prevaleça sobre o argumento da força. A disposição ao diálogo e à alteridade é determinante para a transposição da técnica e à consecução do princípio democrático.

2.3.4 A importância dos mecanismos de participação para a democratização da gestão escolar

Todos os autores que tratam do tema “gestão democrática”, incluem a participação como essencial. Marques (1990, p. 21, *apud* VEIGA, 2010, p. 19) trata do assunto assumindo que “a participação ampla assegura a transparência das decisões, fortalece as pressões para que sejam elas legítimas, garante o controle sobre os acordos estabelecidos [...]”.

Veiga (2010, p. 70-71) salienta que é importante ressaltar que toda e qualquer organização que queira implantar e desenvolver a prática de natureza participativa, deve ter como base o diálogo. A dificuldade para o desenvolvimento de formas políticas de participação e diálogo é a existência da cultura autoritária no interior das organizações fragilizadas. Gutierrez e Catani (1998, *apud* VEIGA, 2010, p. 70-71) afirmam que:

[...] o diálogo só pode ser verdadeiro e frutífero a partir de um esforço de aproximação em que todos tentem perceber e conhecer o outro em seu próprio contexto e a partir de sua própria história constitutiva. Ou seja, ver o outro tal qual ele mesmo se vê e não apenas como eu vejo a partir de minha especificidade.

Enfim, trazendo ainda a contribuição de Veiga (2010) sobre a participação como necessária a uma gestão democrática, esta coloca que participação é uma palavra que tem conotação forte, é dinâmica, prática e comprometida e implica a compreensão do que é ser sujeito. “Nessa linha de reflexão, cabe superar as relações competitivas e autoritárias que impedem a vivência democrática e a resolução das tensões de forma criativa” (VEIGA, 2010, p. 70-71).

2.4 Cidadania na escola: realidade ou ilusão?

Para falarmos sobre este tópico, mais uma vez necessitamos da compreensão de conceitos, no caso, cidadania, que é uma palavra que está sendo muito utilizada, desde a Constituição Federal de 1988. Afinal, que significa cidadania e qual a sua relação com a educação, com gestão democrática? O que é uma educação cidadã? São estas argumentações que procuramos, de forma sucinta, responder.

O conceito de cidadania vem sendo discutido, desde a Grécia antiga. Aristóteles (1997), em sua obra *Política* já tratava do assunto. Há uma diferença fundamental entre a cidadania dos gregos e a dos tempos atuais: antes, o acesso do cidadão ao poder não era generalizado porque os cidadãos não eram iguais. Somente é livre quem participa da *polis*, da esfera pública, portanto, somente o cidadão é livre, em detrimento de escravos, mulheres e crianças que não participavam ativamente da vida cidadã.

No Brasil o conceito de cidadão ganhou reforço após o fim da ditadura militar, em 1985. Segundo Carvalho (2004, p. 7), para quem a cidadania “caiu na boca do povo”, ou melhor, ela substituiu o próprio povo na retórica política e é nesse patamar que não se diz mais “o povo quer isto ou aquilo” e sim, “a cidadania quer”. “A cidadania virou gente” e é por isso que, na opinião do autor, a Constituição de 1988 é tida como Cidadã.

Para Carvalho (2004), cidadania é um fenômeno complexo e historicamente definido. O fato de certos direitos serem exercidos, como a liberdade de pensamento e o voto, não gera o gozo de outros, como por exemplo, o direito à segurança e ao emprego, ou seja, liberdade e participação não conduzem automaticamente à resolução de problemas sociais. No entanto, tornou-se costume desdobrar a cidadania em direitos civis, políticos e sociais e cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos.

Santos (*apud* ABU-EL-HAJ, 2002, p. 101), quando se reporta sobre cidadania, considera que os tempos de globalização levam a um repensar sobre o lugar dos homens no mundo e, conseqüentemente, sobre as relações entre os homens em sociedade: o homem-Estado, o homem-cidadania, o homem-cidadão. Nesse patamar, as concepções da cidadania são várias, conforme o ângulo que se queira discutir. Se antes era vinculada sempre ao direito e à democracia, hoje esse conceito se encontra fragmentado no tempo e no espaço, estando efetivamente presente nas falas dos intelectuais, contendo significado diversos, “ao mesmo tempo que tem servido para diferentes apropriações, conforme cada situação usada pelos estudiosos”.

Bordignon (2004, p. 157) comenta que na Grécia antiga o *status* conferido ao cidadão, o participante das decisões de Estado era conferido apenas aos detentores de bens e conhecimento e isso criava as condições de governantes – cidadãos – e governados – não-cidadãos. Hoje, o foco para a aquisição desse *status* está na questão da inclusão e da exclusão social, como “demonstração da diferença existente entre aquele que é cidadão e o que é não-cidadão”. A dimensão política de Bordignon nos oferece um enfoque específico quanto à finalidade da cidadania. Assim ele se reporta:

Dessa dimensão política decorrem enfoques da cidadania que, de acordo com a situação da escola, conferem especificidade à sua finalidade, que [...] é muito mais que meramente preparar pessoas para o ‘exercício da cidadania’ – é *construir cidadania*. (BORDIGNON, 2004, p. 157)

O autor chama a atenção para a diferença entre o exercício e a construção da cidadania, pois, muito mais que preparar pessoas para o “exercício da cidadania” o que interessa é “construir cidadania”. Como se constrói cidadania? Dando oportunidades às pessoas, no ambiente em que se encontram. No caso da escola, é preciso que se promovam aulas enriquecedoras com inovações metodológicas; é importante permitir aos alunos uma participação ativa de maneira que lhes sejam permitidas críticas, que seus pensamentos sejam ouvidos e que se saiba respeitá-los, compreendendo as diversidades e diferença de cada um. Se tal agir constituir-se uma rotina, estaremos diante de uma prática de cidadania dentro da escola.

2.5 Relação entre educação e cidadania

A educação é responsabilidade da família, da escola e da sociedade. Aqui muitas vezes será usada a palavra escola, no sentido de que é nela que a educação se consubstancia como processo, ao mesmo tempo como produto, cuja responsabilidade é do Estado e que faz refletir sobre toda a sociedade.

Alarcão (2001, p. 18-19) considera que a escola é ao mesmo tempo um lugar, um tempo e um contexto, sendo ela organização e vida e, portanto, deve espelhar um “rosto de cidadania”. A partir dessa concepção a autora questiona que “escola temos e que escola precisamos ter”. Ainda se tem escolas as quais não conseguiram acompanhar as profundas mudanças ocorridas na sociedade. “A escola continua sem convencer e atrair”. “É coisa do passado, sem rasgos de futuro”. Por que essa opinião de Isabel Alarcão? Porque a escola ainda

é fortemente marcada pela disciplinaridade e dificilmente prepara para viver a complexidade que caracteriza o mundo atual.

Tonet (2003, p. 208) nos aponta uma concepção muito dura, realista sobre cidadania, o que deixa o seu pensamento meio contraditório:

[...] A cidadania moderna tem a sua base no ato que funda o capitalismo, que é o ato de compra-e-venda de força de trabalho. Ao realizar este contrato, capitalista e trabalhador se enfrentam como dois indivíduos livres, iguais e proprietários. E esta é a base do desenvolvimento – certamente processual e conflitivo – de todos os subseqüentes direitos civis, políticos e sociais. Contudo, ao entrar em ação o processo de trabalho assim contratado, evidencia-se imediatamente a não simetria dos dois contratantes. O capitalista evidencia-se como mais igual, mais livre e mais proprietário. Afinal, é ele que explora, domina e se apropria da maior parte da riqueza e não o trabalhador. Fica claro, deste modo, que cidadania é *forma política* de reprodução do capital e que, por isso, jamais poderá expressar a autêntica liberdade humana.

Por entender a educação como uma mediação para a reprodução social, Tonet (2003, p. 13) não vê como possibilidade uma “educação emancipadora”, mas apenas a realização de “atividades educativas emancipadoras”. Em sua tese, o autor admite ser “perda de tempo querer pensar uma educação emancipadora”, aquela que traga conteúdos, métodos, técnicas, currículos, programas, formas de avaliação, entre outros, “como um conjunto sistematizado que possa se transformar em uma política educacional”. Não que o autor seja contrário a estas possíveis políticas educacionais, até as considera válidas, não as menospreza, só que considera a educação emancipatória para além do capital, ou seja, se houver a extinção da propriedade privada, do capital de todas as categorias (trabalho assalariado, mais valia, valor de troca, mercadoria, entre outras) que o integram e a instauração do trabalho associado com o fundamento de uma nova forma de sociabilidade.

No que diz respeito à educação básica, “é preciso entender o projeto político-pedagógico da escola como uma reflexão do cotidiano. Para tanto ela precisa de um tempo razoável de reflexão e ação necessário à consolidação de sua proposta” (VEIGA 2010, p. 32). Não é de um dia para o outro que os objetivos propostos pelo projeto serão alcançados. Exige tempo, tolerância, paciência, solidariedade, comprometimento entre as partes envolvidas.

No ponto da construção coletiva, quando concebido, desenvolvido e avaliado como uma prática social coletiva gera fortes sentimentos de pertença e identidade. É importante que exista a afetividade, na construção coletiva do projeto por que aproxima as partes envolvidas, o que faz gerar o compromisso na execução e continuidade das ações.

Veiga (2010, p. 16) no artigo *Educação superior: Projeto Político-Pedagógico*, reitera que o projeto político pedagógico “não existe sem um forte protagonismo dos professores, pesquisadores e alunos, e sem que estes dele se apropriem”.

3 POLÍTICA PÚBLICA, GESTÃO DEMOCRÁTICA E CIDADANIA NA CONCEPÇÃO DE GESTORES: UMA ABORDAGEM PRÁTICA

A partir do conhecimento das teorias sobre políticas públicas, tivemos a curiosidade de conhecer melhor, a fase de implementação de políticas públicas educacionais, focadas numa educação cidadã e de qualidade. Para descobrir que políticas públicas são essas e como elas acontecem, nada melhor como acompanhar o trabalho de gestores ligados à educação.

O presente capítulo envolve uma abordagem descritiva e qualitativa feita junto a duas escolas da rede pública: uma estadual e a outra municipal e também junto a uma Secretaria Executiva Regional (SER) de Fortaleza. Nestes locais se deram o levantamento dos dados a partir de leitura e análise teórico-bibliográfica, observações da rotina escolar e de entrevista com gestores, um de cada local mencionado. As escolas aqui referidas serão identificadas com a denominação A e B.

De acordo com Gil (1991, p. 113) a entrevista é uma técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção de dados que interessam à investigação bastante utilizada no âmbito das ciências sociais, inclusive por pedagogos. Enquanto técnica de coleta de dados, a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam.

3.1 O lócus da Escola A

A escola A está situada no Bairro Cidade dos Funcionários, em Fortaleza. Este é um Bairro bem localizado, de amplas avenidas e que possui em seu entorno shoppings, Igreja, comércios e serviços. É um bairro considerado nobre, mas a escola atende alunos que moram nas adjacências, como Bairro Tancredo Neves, Parque Manibura, entre outros. A escola iniciou o ano letivo com 969 alunos, mas, atualmente, tem 890 matriculados. Tem cerca de 120 professores, totalizando 200 funcionários (servidores e contratados). Funciona nos três turnos e tem, desde o 9º ano do Ensino Fundamental, que funciona em dois turnos, até o 3º ano do Ensino Médio, que funciona tarde e noite. A escola possui 30 salas de aula, quadra de esporte, salas equipadas com aparelho de TV e várias salas multimídias.

3.2 Concepções da gestora da escola A: Política pública, gestão democrática e cidadania

A investidura no cargo se deu através de seleção pública, na qual passou por provas objetivas escrita, análise de currículo e entrevista. Na realidade é servidora municipal da prefeitura de Fortaleza há dezesseis anos e, atualmente, encontra-se na escola A, na função de gestora escolar. Quanto à área de formação, a gestora é graduada em Pedagogia, motivo de muito orgulho, pois, segundo a mesma, fez pedagogia por opção.

Eu sou professora por opção. Eu desisti do curso de Odontologia da UFC para fazer Pedagogia na UECE. Foi difícil. As pessoas diziam: tá louca. (ENTREVISTA GESTORA ESCOLAR, ESCOLA A, 2014).

O que percebemos na fala da diretora é que a mesma não se arrependeu da escolha que tinha feito. Se na época foi difícil, porque as pessoas estão sempre cobrando uma das outras uma posição melhor dentro da sociedade e, lamentavelmente, ser professor nesse país ainda é uma profissão que, financeiramente não traz grandes retornos, quando comparada com a de profissionais, “top de linha”, como médicos, advogados, engenheiros e mesmo dentista (Odontólogo), curso que a diretora trocou por pedagogia.

Quanto a sua concepção de gestão democrática nos relatou que:

Ser gestor para mim é saber ouvir todos, ou a maioria, para no final você decidir. [...] mas tem um momento que a decisão é sua. Aí você tem que agir. (ENTREVISTA GESTORA ESCOLAR, ESCOLA A, 2014).

Nesta resposta a gestora usou do seu senso comum para dar sua própria definição do que ela entende por ser gestora pública, mas percebe-se, desde logo, pela entonação que nos foi dada, que ela é do tipo líder, que gosta de atuar como gestora e que, quando preciso, assume bem o poder de autoridade que lhe foi revestido.

No que se refere ao tempo de gestão escolar, a diretora respondeu que na escola A, está há somente um ano, mas tem experiência em outras escola do Município de Fortaleza, da qual é servidora efetiva há dezesseis anos.

A respeito da sua relação, enquanto gestora escolar, com a equipe pedagógica, com os professores, com os discentes e com a comunidade escolar, em síntese, nos foi informado do seguinte modo:

Minha relação é boa, com base no diálogo, no respeito cordial. Não existe amizade. A relação com os discentes está sendo construída. A relação com a comunidade é muito boa, uma vez que a escola é aberta para a comunidade, aos finais de semana. (ENTREVISTA GESTORA ESCOLAR, 2014).

Consideramos aqui mencionar um trecho da fala da gestora que nos chamou à atenção. O fato de ela mencionar que “não existe amizade”. A gestora se encontra no cargo, a menos de um ano. É um tempo demais exíguo para que laços afetivos de amizade sejam fortalecidos. Além do mais, nos tempos que estamos vivenciando, na era das redes sociais, cada vez menos as relações de amizade se consolidam, uma vez que é tudo muito artificial e momentâneo.

A diretora nos informou que existe o Grupo do AA (Alcoólicos Anônimos) que uma vez por semana, à noite se reúne na escola, há muitos anos. O espaço físico da escola também é utilizado, todo final de semana. A escola oferece para a comunidade o empréstimo da quadra esportiva: todo sábado pela manhã a escola é aberta, com o uso do espaço da quadra esportiva. Há um controle feito por agenda. Perguntamos por que tinha uma agenda. E a gestora respondeu que foi necessário devido a grande procura para a utilização da quadra. Às vezes, a própria escola precisava realizar um evento e ficava impossibilitada, por isso houve a ideia de ter uma agenda. A utilização para o uso da comunidade funciona “na base da confiança”, segundo as palavras da gestora. Basta saber o nome do responsável. A escola já tem o cadastro com o nome e endereço das pessoas que utilizam a quadra, ou o salão. Não é necessário que seja utilizada por alunos. É preciso que more na comunidade. O espaço físico da escola é usado, também, muitas vezes pela Igreja do Bairro, para algum evento.

Sobre a existência de órgãos colegiados na escola nos foi dito que:

Nesta escola temos como órgãos colegiados, apenas o Conselho Fiscal e o Conselho Deliberativo. O Conselho Fiscal é formado pelo diretor da escola, pelo coordenador e pelo vice-presidente, pelos estudantes, pai e professores. O Conselho Deliberativo é formado por professores, servidores, alunos, pais e diretor. (ENTREVISTA GESTORA ESCOLAR, ESCOLA A, 2014).

Ainda sobre órgãos colegiados nos foi relatado que não existe, conforme observamos em sua fala:

Nós não temos um conselho escolar. Quando eu cheguei aqui eu estranhei. O que temos é a AME – Associação Mobilizadora da Escola [...] Ela congrega todas as pessoas que fazem parte da escola: pais, estudantes, funcionários. É também a unidade executora da escola. Ela faz eleição dos conselhos que são: o conselho fiscal e deliberativo. Os conselheiros são pais, estudantes, professores. Numa grande assembleia são eleitas as pessoas da diretoria. Os participantes fazem opção de ser o diretor da escola, o presidente porque tá na posição de coordenar melhor. O diretor

congrega todo mundo. Eu sou a presidente da diretoria da associação. (ENTREVISTA GESTORA ESCOLAR, ESCOLA A, 2014).

O Conselho Escolar é capaz de mediar na prática social da educação de qualidade, de forma que:

Às vezes é o recurso que a gente tem [...] tem professor que é relapso com a entrega de documentos para a escola. O Diretor chamar à atenção é uma coisa. Outra coisa é a Associação. O fato é que alguns professores, alguns profissionais têm consciência disso e agem de qualquer jeito. [...] Olha professor o senhor não vai falar só comigo para depois dizer que é assédio moral [...] mas o fato é que alguns profissionais fazem de qualquer jeito. Agora nós vamos dizer para o Senhor que isso não está dando certo[...] .Nessas ocasiões é fundamental a presença dos órgãos colegiados[...]Não é um indivíduo, é um grupo [...] é um olhar de várias pessoas.[...] Os órgãos colegiados dão um suporte para que as decisões sejam tomadas e ninguém tenha aquela ideia que é perseguição do gestor. É um olhar de várias pessoas. Não pode ser uma perseguição [...] Sou fã de quem teve a ideia porque dá um suporte para a gestão. (ENTREVISTA GESTORA ESCOLAR, ESCOLA A, 2014).

A fragmentação acima transcrita, na fala da gestora, trata sobre a pergunta formulada que se referia como o Conselho Escolar é capaz de mediar na prática social da educação de qualidade. O que a diretora quis nos dizer foi que, a Associação Mobilizadora da Escola (AME), como associação representativa da escola, uma vez que nesta não há o Conselho Escolar, às vezes é o único recurso para decidir certas questões. Ela enfatizou com o exemplo, o fato de professor que causa problema na escola, que poderia até resultar em um processo administrativo. Se fosse só uma pessoa, no caso, o gestor a resolver tal situação, seria muito mais complicado. A atitude do gestor, dependendo da situação, poderia ser interpretada como “perseguição” ou mesmo “assédio moral”. Uma vez que o problema passa a ser enfrentado por uma associação, no caso a AME, o gestor se sentirá muito mais fortalecido, na sua decisão, com relação ao caso, que não será somente sua, mas de todas as partes com poder de decidir. Uma escola que decide com o suporte de órgãos colegiados tem muito mais condição de praticar uma educação com qualidade para seus alunos.

Sobre a concepção de cidadania assim se pronunciou a gestora:

A minha concepção sobre cidadania é[...] eu trabalho na perspectiva que eles tenham compreensão de que quando, por exemplo[...] aí, o que eu discuto muito com meus estudantes é a percepção de dedo duro. [...] inclusive formar alguém para compreender que denunciar alguma coisa não é ser dedo duro[...]porque as palavras foram criando formas diferentes de serem ditas por categorias que queriam criar essas formas para poder o marginal gerar na gente uma culpa, quando nós, um pouquinho mais velho que essa turma que está aí fomos educados para [...] Se você vir alguma coisa errado, você tem que denunciar. A minha concepção de cidadania é alguém que tá voltado o tempo todo, não só para as coisas do seu interesse, mas para

o bem-estar de um colegiado. (ENTREVISTA GESTORA ESCOLAR, ESCOLA A, 2014).

Da fala, um pouco confusa sobre sua concepção de cidadania por parte da gestora, o que pudemos perceber é o fato de ela ressaltar que ser cidadão não é somente aquela pessoa que seja capaz de denunciar, de ter a coragem de, quando ver algo errado, denunciar, não. Nesse sentido, não é ser “dedo duro”. Mas é algo muito mais profundo, que envolve diálogo, capacidade de adquirir conteúdos, de modo que o aprendizado faça sentido e possa ser discutido em qualquer lugar, no ônibus, por exemplo, de modo que possa atender, não somente o interesse próprio, de cada um, mas de toda a coletividade. Acreditamos que, equivocadamente a gestora falou colegiado, quando quis se referir à coletividade.

Ao se referir sobre a educação para a cidadania, se esta é uma realidade na escola, a gestora nos informou que sim. Em vários momentos da entrevista ela deixou bem claro que esse era o grande objetivo da sua gestão. Exemplo disso é quando diz que há inclusão de alunos portadores de necessidades especiais e, também, quando a escola promove adaptações físicas para receber esses alunos. Como dito anteriormente, outra forma em que identificamos a cidadania é quando a escola se mantém aberta nos finais de semana para a comunidade, como é o caso de eventos para a Igreja Católica.

Indagada sobre o que é educar para formar um cidadão, respondeu que, na sua concepção, é:

O tempo todo trazer qualquer conteúdo ou qualquer aprendizado que seja, através da discussão e do diálogo. Para que serve aquilo? Esse aprendizado eu vou usar aonde? Aquele aprendizado tem que fazer sentido e aí fazendo sentido eu sei onde vou usar. (ENTREVISTA GESTORA ESCOLAR, ESCOLA A, 2014).

A respeito das metas que a escola vem realizando para garantir a aprendizagem do aluno e torná-lo cidadão, a gestora responde que tem como metas: melhorar os índices de proficiência em Português e Matemática e inscrever 100% dos alunos do ensino médio no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Observamos enfaticamente a surpresa que a entrevistada teve ao constatar que havia alunos que não tinham interesse em se inscrever para o ENEM.

A surpresa foi enorme percebendo que inscrever se torna uma tarefa árdua, quase impossível inscrever 100% porque tem estudante que não quer. (ENTREVISTA GESTORA ESCOLAR, ESCOLA A, 2014).

Na concepção da gestora a falta de compromisso de alguns professores é um fator preocupante e é o que mais afeta a aprendizagem do aluno, de modo a torná-lo um cidadão.

[...] o grande problema da educação hoje é o professor “perrapado”. É aquele professor que vem porque precisa do salário no final do mês e é tão medíocre que não vai buscar uma nova outra profissão. Aí fica ali, infeliz, fazendo você infeliz e atrapalhando. Você vai fazer infeliz a você mesmo, a seus estudantes, a mim, sofrido. Porque não tem coisa pior do que você ver alguém estragando aquilo que você faz. O percentual é muito maior de quem não está preocupado com a aprendizagem. A maioria não está comprometida. O grande problema hoje é o povo que não gosta de ser professor e atrapalha o trabalho de quem gosta. (ENTREVISTA GESTORA ESCOLAR, ESCOLA A, 2014).

Quando indagada se existem projetos dentro da escola, elaborados por ela, independente das políticas públicas educacionais, a gestora responde que não há; embora, ela própria goste muito de trabalhar com projetos. O fato de a mesma só se encontrar a um ano na gestão, isto não lhe deu condições de desenvolver nenhum dos projetos que sua vivência proporcionou desenvolver em outras ocasiões.

O entendimento da gestora sobre políticas públicas é:

“A minha compreensão sobre políticas públicas é algo que já passou pelo estágio de ser só experiência experimental, de ser uma política de governo, por exemplo eu to no meu mandato, faço isso, eu estabeleço isso. Exemplo é a bolsa família, que antes era política de governo, o FHC no governo dele estabeleceu a Bolsa-escola, né? Aí quando o Lula entrou estabeleceu como política pública, então agora, mesmo que mude o governo não tem quem tire mais, né. Aquilo que já passou por uma fase de ser política de governo, foi discutido, passa por uma votação fica por algum tipo de documento, resolução, decreto, regulamenta. Fica definitivo, até que haja outra lei que mude, né. Precisa ser aprovado, por alguma instância que tenha legalidade para estabelecer, seja no Município, no Estado ou na União. (ENTREVISTA GESTORA ESCOLAR, ESCOLA A, 2014).

Quanto às políticas públicas implementadas na escola, a gestora falou sobre o Mais Educação, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e Escola Aberta.

Sobre o Mais Educação, atualmente não funciona na escola A. Pelo relato da gestora foi um programa do governo federal que funcionou bem até 2012. O gestor anterior não tinha mais intenção em manter na escola, funcionando as turmas do 9º ano, por isso que não fez o pedido de adesão ao programa para 2013. Ocorre que em 2014 foi tão grande a procura da comunidade por turmas do 9º ano, que a escola deu continuidade a essa série, que tem três turmas. Agora só dá para fazer a adesão em 2015.

Na fala da gestora, o relato que sabe sobre o Mais Educação é que funcionou bem para atender as demandas da época dos alunos, no reforço em língua portuguesa e matemática. Havia recursos repassados de outra política pública, o PDDE que poderia atuar em 4 oficinas diferentes, mas optaram por gastar para dar reforço aos alunos em Português e Matemática.

Hoje toda escola usufrui do PNAE, que também é uma política pública. Existe também o PNLD. A biblioteca é pequena mais é bem equipada e bem organizada. Como forma de incentivar os alunos, a escola premia os melhores leitores. Escola Aberta – é programa. Nunca funcionou. Não sabe de relato. Não faz sentido. A intenção é abrir para a comunidade, mas a escola já é aberta para a comunidade, inclusive para a Igreja.

Consideramos que o fato de a escola se manter aberta nos finais de semana é fruto de um projeto político pedagógico da escola direcionado para o seu entorno, o que fez dispensar o programa Escola Aberta.

Sobre a existência de alunos deficientes matriculados, a gestora afirmou que na escola A existem dois alunos que são especiais, sendo um com deficiência auditiva e outro com Síndrome de Down. Já quanto à existência de política de educação inclusiva relacionada a alunos deficiente na escola, a gestora relata que a escola não tem efetivamente uma política inclusiva, a comunidade escolar vai se adaptando. E como estratégia para resolver uma dessas carências, a gestora convidou um aluno que tinha conhecimentos em libras para estudar na classe de uma aluna com deficiência para este poder se relacionar, demonstrando assim, uma perfeita interação da gestora com seus alunos.

Sobre a existência de recursos multifuncionais, a entrevistada respondeu que por não haver uma política de educação inclusiva para alunos especiais, não existem salas com tais recursos.

3.3 O lócus da Escola B

A escola B está situada no Bairro Edson Queiroz, bem próximo ao Fórum e a Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Atende uma população muito carente. A escola tem 1200 alunos matriculados, possui 29 salas de aula e 54 turmas, distribuídas nos dois turnos: manhã e tarde, na qual atende a educação infantil. Possui em torno de 60 professores em atividade.

A escola possui um ambiente bem aprazível, toda voltada para receber crianças. É um ambiente limpo, cheio de cartazes alegres e com espaço para que as crianças possam brincar durante o recreio.

3.4 Concepções da gestora da escola B: Política pública, gestão democrática e cidadania

A investidura dessa gestora, assim como a da anterior, também se deu através de seleção pública. Senão vejamos:

A investidura no cargo de gestor escolar se deu através de processo de seleção pública, em 3 etapas: duas provas e uma entrevista. E fui selecionada para a Escola[...]. (ENTREVISTA GESTORA ESCOLAR, ESCOLA B, 2014).

Quanto a sua área de formação a gestora é graduada em Pedagogia e em Direito, com especialização em Ciências Humanas. Sua experiência na escola B é a primeira como gestora, visto que anteriormente sua profissão era advogada.

Sobre vivenciar sua experiência enquanto gestora, eis sua fala:

É um momento de transformação. [...] A construção de uma educação diferente onde o aluno é o foco de tudo, tá sendo, tá acontecendo. Com a qualidade da educação, tudo melhora. Os índices melhoram. [...] As crianças dentro da escola frequentando mais, a criminalidade diminui. (ENTREVISTA GESTORA ESCOLAR, ESCOLA B, 2014).

Percebemos, pela ênfase das palavras, que a gestora acredita que é possível realizar naquela escola um trabalho de qualidade e, no que depender dela como gestora, o resultado será obtido.

Quanto a sua concepção de gestão democrática, temos que:

Saber ouvir [...] a decisão do grupo é que importa. [...] várias pessoas avaliam, ponderam e adequam tudo que vai se realizando com a realidade da escola. (ENTREVISTA GESTORA ESCOLAR, ESCOLA B, 2014).

Em relação ao tempo de experiência, nos foi informado que a gestora tem apenas quatro meses de experiência no cargo. No entanto, demonstra uma segurança na sua fala e no trato com os servidores. Percebe-se, pela sua postura que é uma líder que impõe respeito, não pela autoridade, mas pela competência que aparenta possuir.

A respeito da sua relação, enquanto gestora escolar, com a equipe pedagógica, com os professores, com os discentes e com a comunidade escolar, em síntese, nos foi informado do seguinte modo:

Na realidade, tudo é novo, né. Pelo fato de eu ter chegado nessa escola a pouco tempo. A relação que eu tenho aqui é estritamente profissional. Os laços e os vínculos são criados com o tempo. Todo mundo quando chega em um local novo, as pessoas olham para você e esperam que você tome as decisões pra poder te avaliar, né.[...] A minha expectativa foi além do que eu esperava. Então assim, de momento, eu acho que a aceitação foi até além do que eu esperava.

Eu acho que tudo o que você quer no seu trabalho é que as coisas caminhem bem e quando você tá vendo que o caminho tá muito complicado é você ter alguém para direcionar e pra encaminhar as pessoas pro caminho que dê é, é, é, que seja pautado no respeito, na educação, nas diretrizes da própria SME. Acho então, assim que faltava um pouco isso nessa escola. Acho que os pais também aceitavam. Tava tudo muito solto e ninguém conseguia entender qual era a direção que se caminhava. Cada um caminhava em uma direção contrária e acabava que ninguém conseguia chegar a lugar nenhum. – Então, depois que a gente chegou, eu e a Telma, a gente percebeu que muita coisa a gente conseguiu delimitar e conseguiu mostrar para os professores como sugestão que talvez esse daqui fosse o melhor caminho. Tanto para os pais, as regras, os direitos que é assim, a gente tem que entender, no caso, nossa escola que tem 60 professores, 1200 alunos, se a gente não cumprir os nossos deveres, se a gente for só exigir os nossos direitos, as coisas não vão dar certo. (ENTREVISTA GESTORA ESCOLAR, ESCOLA B, 2014).

Sobre a existência de órgãos colegiados na escola nos foi dito que existe o conselho de pais e o conselho escolar, sendo que neste último, devido ao curto período de gestão, ela não teve a oportunidade de atuar. Enfatizou que o conselho escolar é o órgão fiscalizador e executor das verbas públicas.

Sobre a concepção de cidadania assim se pronunciou a gestora:

A cidadania eu acho que para você ser um cidadão, a primeira coisa a saber é quais são os seus direitos e cumprir os seus deveres. Eu acho que a cidadania começa por aí, porque o meu direito termina quando começa o direito do outro. Então para eu ser cidadã, para eu exercer a cidadania eu tenho saber o que eu tenho direito e de dever. É você fazer com que o outro olhe para você e saiba que você cumpre a sua obrigação. E quando você cumpre, quando você é o exemplo, os outros vão com certeza também fazer. [...] Eu falo muito, aqui em todas as reuniões, para os pais, servidores, sobre os horários, a frequência, tudo tem a partir de mim. (ENTREVISTA GESTORA ESCOLAR, ESCOLA B, 2014).

Ao se referir sobre a educação para a cidadania, se esta é uma realidade na escola, a gestora discorreu o seguinte:

A gente tenta, mas como o nosso público é um público de crianças, eu só tenho menores, da Educação Infantil ao 5º ano, são meninos pequenos, né. A gente tenta fazer com que eles entendam o que é responsabilidade. Que quando você é

responsável, querendo ou não você exerce sua cidadania, cumprindo as suas responsabilidades. Mas, à noite, a gente faz todo um trabalho voltado para a cidadania, para que os jovens, eles entendam e vejam a importância dentro da comunidade que eles convivem. Que eles devem ser os modificadores da comunidade que convivem. Não tem esperar tudo pelo governo, ou pela sociedade não. Se cada um fizer a sua parte dentro de exercer a sua cidadania, dá para a gente fazer um pouco diferente da realidade que eles estão vivendo hoje.” (ENTREVISTA GESTORA ESCOLAR, ESCOLA B, 2014).

Indagada sobre o que é educar para formar um cidadão, a gestora nos fala:

Eu acho que educar para formar cidadão é você mostrar pro aluno, pro jovem que ele é capaz de mudar a realidade que ele vive. Que ele é capaz de ser um modificador, um transformador daquele ambiente que ele tá inserido ali. Que não é porque ele mora em um local menos favorecido que ali tem que ser um reduto dele pro resto da vida. Que ali ele pode ter uma cultura diferente, uma realidade diferente mas que isso não impede de crescer, de conhecer novos horizontes, de conhecer novas realidades diferentes daquela que ele está habitualmente convivendo. (ENTREVISTA GESTORA ESCOLAR, ESCOLA B, 2014).

Sobre a sua concepção, quanto ao fator mais preocupante que afeta a aprendizagem do aluno, de modo a torná-lo um cidadão, a gestora afirma ser a frequência escolar. Segunda ela:

A frequência escolar. Aqui nessa escola a minha maior dificuldade é a frequência. Os meninos, os alunos faltam demais, né. Quando são crianças maiores, 4º e 5º ano, que eles vêm só para a escola a minha frequência já é pontual. Na Educação Infantil, 1º, 2º e 3º ano que eles dependem de outra pessoa para poder se dirigir à escola, os alunos faltam demais. Eu tenho uma frequência muito baixa, porque eles dependem do pai, da mãe ou de outra pessoa para trazer à escola. (ENTREVISTA GESTORA ESCOLAR, ESCOLA B, 2014).

Ainda sobre a questão específica relacionada à frequência como fator que interfere na cidadania, perguntamos se a escola mandava buscar as crianças. O que queríamos era confrontar se esta realidade estava adequada com a meta a qual se referiu a gestora da SER. Eis, portanto, a fala da gestora:

Assim, na verdade a gente tá começando a fazer um trabalho em cima disso, né. Ela tá tentando buscar os alunos que tá 15 dias que não frequenta a escola. Aí a gente tenta contatar pelo telefone. Se a gente não consegue, a gente vai até o endereço, conversa com a mãe, pergunta o que tá acontecendo, porque a criança não está vindo a escola. Às vezes é porque a mãe está doente, ou a mãe está presa, ou porque a mãe precisa se ausentar porque a mãe tá com outro filho doente ou a mãe está trabalhando e a criança cuida de outra menor. Então, assim, são muitos fatores que afastam a criança da escola, ou seja, são problemas sociais. **Problemas sociais de adultos que são transportados para as crianças, né? As crianças aqui nesta comunidade, elas têm responsabilidade de adultos.** (Grifos nosso). (ENTREVISTA GESTORA ESCOLAR, ESCOLA B, 2014).

Quando indagada se existem projetos dentro da escola elaborados por ela, independente das políticas educacionais, a gestora nos responde que sim, conforme podemos observar a seguir:

Sim. A gente trabalhou nesse primeiro semestre. Eu dei continuidade a um projeto que já existia, muito bom, que é UM PROJETO DE RESPEITO. E nesse segundo semestre a gente vai trabalhar o PROJETO DE CIDADANIA, que a gente vai tentar resgatar os valores básicos, né, que muitas crianças, as vezes, ela não tem conhecimento[...]. Os projetos são elaborados, partindo da necessidade da escola, dependendo da necessidade do que a gente vê. A gente vê aqui, muito, a violência. O Projeto de Respeito é muito isso. O recreio aqui é muito violento. As crianças têm muito essa noção de bater, brigar, chutar. Então a gente precisa modificar e mostrar pras crianças que tem uma outra maneira de se divertir, a não ser na violência. O Projeto de Respeito é muito isso: - você gostaria que fizessem com você o que você está fazendo? **Então assim a gente tenta fazer com que mostrar pras crianças que elas entendam que o correto é fazer o que você gostaria que fizessem com você.** Então assim [...] É claro que a demanda é muito grande, quando são 1200 alunos. . (ENTREVISTA GESTORA ESCOLAR, ESCOLA B, 2014).

Com relação as políticas públicas, a gestora enfatiza na sua fala a visão de políticas públicas no âmbito macro e micro.

Era pra ser de acordo com as necessidades do todo. Mas muitas políticas públicas não conseguem atender as reais necessidades de uma escola. Às vezes as políticas são feitas num sentido macro, mas o sentido macro não consegue atingir o micro, que é a escola. Aí muita coisa fica a desejar, porque as realidades muitas vezes permeiam Sudeste e Sul. Muito longe da realidade do Nordeste, da periferia onde a escola está inserida. Algumas vezes os projetos que vêm do governo federal são muito bacanas, mas a escola não está estruturada para recebê-los. Mesmo assim ela recebe e tenta fazer com que o projeto funcione, mas muitas vezes a falta de estrutura e a falta de visão dentro do micro faz com que o macro não funcione. (ENTREVISTA GESTORA ESCOLAR, ESCOLA B, 2014).

Prosseguindo com a entrevista a gestora afirma que existem políticas públicas implementadas na escola, tanto pelos órgãos governamentais quanto não governamentais, a saber: Políticas Públicas de Diretrizes Nacionais e Municipais, Projovem, Ensino de Jovens e Adultos (EJA), e, também, devido ao grande número de crianças especiais, a escola adota as políticas de inclusão para pessoas com necessidades. Neste caso a escola tenta viabilizar da maneira que pode para que estas políticas de inclusão funcionem de acordo com a realidade. Nesta escola há um número considerado de alunos portadores de deficiências, bem como há políticas de inclusão.

Por fim, quanto às salas multifuncionais, a gestora informa que elas existem na escola B, que são adaptadas à realidade, e que funcionam no contraturno que o aluno estuda.

3.5 Concepções da co-gestora do Distrito de Educação de uma Secretaria Regional, do Município de Fortaleza

Para esclarecer melhor como se dá na prática, a relação entre as escolas e o órgão hierarquicamente superior, procuramos entrevistar um profissional do setor. Entrevistamos a co-gestora de uma SER do município de Fortaleza. Esta Secretaria é uma espécie de subprefeitura, na qual funcionam todos os serviços básicos inerentes que envolvem a região. Por exemplo, Saúde, Educação, Infraestrutura, Ambiente, etc. A Secretaria em questão abrange os bairros do Cocó, Papicu, Edson Queiroz, Luciano Cavalcante e adjacências.

Reportamo-nos a procurar entender como acontece o trabalho da co-gestora relacionado com a Educação, dentro da SER e aplicamos as perguntas que se encontram no anexo deste trabalho.

Inicialmente a co-gestora nos informou que era formada em Geografia (Bacharelado), tendo realizado alguns cursos na área de Gestão. Ainda respondendo a primeira questão, ela informou que ingressou na Prefeitura Municipal de Fortaleza como Técnico em Educação e que se encontra há quatro anos como co-gestora de uma SER de Fortaleza.

Sobre o entendimento da co-gestora acerca do que é gestor público, a mesma faz uma comparação entre gerir uma empresa privada e o setor público. Ela não deixa bem clara sua definição sobre o assunto. Não que desconheça, apenas teve dificuldade em dar o seu próprio conceito. Ela nos informou que a pergunta lhe pegou de surpresa e, acabou não nos dando uma significação precisa.

O que pudemos aproveitar da sua hermenêutica foi que ela diferencia a empresa privada do setor público. Reconhece que na empresa privada é mais fácil administrar (nesse aspecto sua concepção de gestão é igual a de administração), uma vez que o bem é particular, ao passo que no setor público o bem a ser gerido é de todos .

Na sua fala, meio confusa sobre o tema, ela enfatiza a atuação do servidor público, na gestão pública e diz que:

“O servidor público na sua essência é um servir [...] o público não quer dizer pobre, [...] quer dizer a todos. [...] o público é de todos. Não se tem tido a cultura da transparência.” (ENTREVISTA CO-GESTORA, SER FORTALEZA, 2014).

Quando realizamos a pergunta sobre qual seria a sua concepção de políticas públicas, a gestora brincou e disse: “vocês só fazem perguntas difíceis”. Ela não nos respondeu, realmente, a sua concepção sobre políticas públicas. Não que não conhecesse o significado.

Respondeu com a exemplificação, informando-nos que a nível de Secretaria de Educação do Município, trabalhava com diversas políticas públicas como a do PDDE, o Mais Educação, a Política pública de inclusão de deficientes na escola.

Quanto à cidadania a co-gestora informou-nos que ser cidadão é ser alguém capaz de compreender o que se passa ao seu redor e modificar, transformar esta realidade.

Educar para a cidadania foi uma resposta que consideramos muito bem colocada. Eis a fala da co-gestora:

“Educar para a cidadania é educar para ser sujeito autônomo, participativo, questionador, transformar o que se julga transformar”. (ENTREVISTA CO-GESTORA, SER FORTALEZA, 2014).

Quando solicitada para falar sobre o seu trabalho, a co-gestora nos faz um relato do desenvolvimento de suas atividades:

A nossa missão enquanto Distrito é fortalecer a gestão da escola. A escola fica no meio. A SME fixa as diretrizes, através de diálogo para o Distrito de Educação que é o órgão que executa. O Distrito, através dos gestores, atuam próximos as escolas.[...] A SME tem 6 superintendentes e cada um acompanha 8 gestores. Os gestores acompanham os Diretores de escola no cumprimento de metas”. (ENTREVISTA CO-GESTORA, SER FORTALEZA, 2014).

Para nos responder sobre as metas que pretendia alcançar, solicitamos um exemplo de meta e a co-gestora deu como exemplo: “Foco na aprendizagem”. Existem metas preestabelecidas de aprendizagem, retrucou. Seguem as metas repassadas:

- 1) Alfabetizar 10% dos alunos do 2º ano do Ensino Fundamental até 2014;
- 2) Reduzir a 0% (zero por cento) o índice de evasão e reprovação e abandono no Ensino Fundamental I e II;
- 3) Fazer com que as crianças do 1º e 2º ano leiam 5 livros por ano (Cada escola tem o “Cantinho de Leitura” – Educação Infantil até o 5º ano. Contação de estórias pelas mães são estratégias);
- 4) Elevar o IDEB.

Dando continuidade a nossa entrevista, indagada sobre como está acontecendo a política de educação inclusiva com foco em alunos portadores de deficiência, a gestora nos fez um breve relato sobre o processo de inclusão de pessoas deficientes. Informou que tal inclusão aconteceu em 2005, por força de lei. Na época era gestora de uma escola pública do município de Fortaleza. Lembra que houve uma resistência incrível por parte dos professores,

que se sentiam inseguros em receber crianças com deficiências, principalmente às que envolvia aspecto intelectual. Então ela fez uma reunião com os professores e perguntou:

– Como é que uma mãe se prepara para ter um filho deficiente?. O filho vem e aí? O que ela faz? A mesma coisa é o professor, o que o Senhor sabe fazer? - Ser professor. O senhor foi concursado pra quê?- Para dar aula. De quem.? De todos.[...] Pois então, a escola é pública . Então é para todos. Você sabe dá aula? Sei. Então é para todos. Qual o medo? – De o aluno ter um problema clínico. Você não é médico. Você é professor. Então você vai ensinar atividades diferentes e estratégias diferenciadas para aquele aluno avançar. Aí nós conseguimos avançar muito. Tinham crianças que não sabiam fazer o nome. (ENTREVISTA CO-GESTORA, SER FORTALEZA, 2014).

Segundo a entrevistada, a pergunta causou choque entre os participantes. E, na sua fala, acrescentou:

Sim, porque, hoje, a Medicina está evoluída, já detecta que a criança nascerá com problemas, mas mesmo assim, ninguém está preparado para lidar com isso. A vida prepara para receber, para conviver. Só sabemos como será, vivendo, fazendo as coisas acontecerem. (ENTREVISTA CO-GESTORA, SER FORTALEZA, 2014).

Outra indagação interessante, do seu relato, que aconteceu nessa reunião:

Você sabe dá aula? – Sei. Então, qual o medo? – Do aluno ter um problema clínico.” O que ela retrucou: - “Se o aluno tiver um problema clínico, chama-se um médico. Você não é médico. O que você tem que saber é dar aula. (ENTREVISTA CO-GESTORA, SER FORTALEZA, 2014)

Foi assim que a sua experiência enquanto gestora escolar aconteceu em 2005 quando começou a receber as crianças com deficiência. Hoje a resistência é muito menor, porque tem o auxílio das professoras do AEE.

Segundo a entrevistada, “a barreira física foi muito mais fácil de vencer. A barreira atitudinal, não. As barreiras físicas são solucionadas com o PDDE. Aí é uma política pública que é uma realidade dentro das escolas, do Município de Fortaleza”. O MEC disponibiliza o dinheiro que vai direto para a conta da escola, quem movimenta é o gestor da escola, sem passar, sequer pela Secretaria de Educação”, afirmou a Gestora entrevistada.

Enquanto fazíamos a entrevista com a co-gestora e se discutia a questão da acessibilidade, houve uma intervenção do Gestor, que se encontrava, neste momento na sala, que trouxe uma questão muito interessante sobre acessibilidade. Segundo ele, a acessibilidade não diz respeito somente a questão de rampa para os cadeirantes, não. “Em nenhum lugar do

Brasil, nem no Congresso, estamos 100% preparados em termos de acessibilidade”. É um problema sério que é considerado “um poço profundo”, pois diz respeito a aspectos como: rampa, corrimão, elevador do cadeirante, porta, maçaneta de alcance, som de tradução, banheiros adaptados, piso específico para pessoas com deficiências visuais, enfim, envolve uma série de aspectos que são fixados por normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Todas essas condições não atingiram, ainda, um padrão de qualidade, uma vez que é algo recente, e exige um processo de adaptação a cultura.

Em um outro momento da fala da co-gestora sobre sua experiência com deficientes, enquanto esta foi gestora de uma escola nos informou que:

Nós temos depoimentos de uma mãe que estudava a noite, na turma do EJA e teve um dia que a Diretora descobriu a falta da aluna e se constatou que era resultado de essa mãe-aluna ter um filho de 14 anos e ser cego, desde os sete anos de idade. Então a escola chamou a mãe e o filho e ambos estudaram em salas diferentes. A professora foi para dentro do Instituto de Cegos fez um curso de um mês para dar aulas para o filho dessa aluna. O jovem tinha uma habilidade incrível, ouvia a Rádio Verdes Mares e tinha uma visão incrível de mundo. O jovem foi alfabetizado, concluiu os estudos e hoje é um dos monitores do programa Mais Educação, atuando na Rádio da Escola. Ele adora trabalhar com rádio. (ENTREVISTA CO-GESTORA, SER FORTALEZA, 2014).

Sobre o controle da frequência dos alunos com deficiência, a co-gestora nos informou que este existe sim. Existe uma servidora que trabalha só com o AEE. As deficiências são deficiência visual, surdez, cognição e motora, principalmente.

Quanto às escolas que trabalham com essa deficiência ela nos informou que praticamente todas estão preparadas, na forma ainda, de adaptação, a receber as crianças. Ficou de nos repassar estes dados por e-mail, o quê não fez.

Informou-nos ainda que existem salas de recursos multifuncionais, que funcionam no contraturno. A criança com algum tipo de deficiência no horário normal de estudo fica junto às demais crianças, até mesmo para que ocorra a inclusão social e a interação com as demais crianças. No contraturno essa criança recebe a atenção devida, na sala especial.

Pudemos perceber que as salas multifuncionais ainda estão sendo adaptadas para receber os alunos que delas necessitam. Ainda não existem todos os equipamentos que devem atender a necessidade de cada aluno.

Quanto à capacitação de professores para atender alunos com necessidades especiais, ela nos informou que tal capacitação foi uma estratégia definida e alcançada pela SME. Esse ponto ficou bem nítido para nós, que a SME tem capacitado professores para esta habilidade.

Sobre o Benefício de Prestação Continuada a co-gestora disse-nos que não trabalha diretamente com ele, que conhece do que se trata, mas isso é atribuição da servidora que trabalha com o AEE.

A título de esclarecimento, achamos interessante nos reportar a esse Benefício, pois nos chamou à atenção o fato de o Governo Federal, pagá-lo à criança que tenha deficiência e comprove que está matriculada e frequente a escola pública.

Sobre o Programa Mais Educação no foi informado o seguinte:

Em 2008 iniciou aqui. [...] a Prefeitura Municipal de Fortaleza foi o primeiro município do Brasil a implantar Seleção de Monitores para o programa. (ENTREVISTA CO-GESTORA, SER FORTALEZA, 2014).

Indagamos quem são esses monitores, o que a entrevistada respondeu que, no geral, eram pessoas que já estavam na escola. Ela afirmou: são pessoas “que passaram pela seleção”. Pela entonação, entendemos que os selecionados foram todos que já se encontravam na escola e que a Seleção foi apenas para referendar. São monitores da área de pedagogia, para dar orientação de estudo, de teatro, dança, esporte. Relembrou o fato anteriormente comentado do filho da ex-aluna do EJA, cego, ser um grande monitor, hoje, do programa e complementou seu raciocínio, falando que:

Mais Educação – política de ampliação da carga horária do aluno. Vem no contraturno. O aluno tem 4 horas no horário normal e, no outro horário, realiza orientação de estudos de reforço, teatro, dança, esporte, etc. (ENTREVISTA CO-GESTORA, SER FORTALEZA, 2014).

Atualmente o projeto-piloto do Mais Educação compreende 6 (seis) escolas de tempo integral e para 2015 pretende-se transformar toda escola em escola de tempo integral.

Sobre a Programa Nacional da Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), a co-gestora nos informou que é necessário focar para o aluno “ler e escrever na idade certa. Já foram selecionados alunos que não sabem ler para estar nestas turmas, a partir de julho. O menino que está no 2º ano para o 3º ele precisa aprender”.

Segundo ela, a meta é zerar e não gerar uma nova turma. A gestora considera isso um grande problema. Ela indagou:

Se recebemos um aluno de 12 anos, que nunca estudou na vida, que não sabe nada. Onde esse aluno deve estar? Na sala de aula com os pequenos, de seis, sete anos, ou na de 12, com os alunos que se encontram bem avançados? (ENTREVISTA CO-GESTORA, SER FORTALEZA, 2014).

Ela é da opinião que este aluno deva estar com os alunos de 12 anos, e ser acompanhado, excepcionalmente, noutra horário para que acompanhe os da sua idade. É nisso que consiste o PNAIC.

O tema é deveras interessante, merece toda uma discussão. Esse aluno, onde estiver colocado dentro da escola, possivelmente terá problemas: se com os meninos de 6-7anos, se sentirá inferiorizado, e também se estiver com os da sua idade, por não saber nada de conhecimentos das disciplinas. Poderá sofrer até *bullyng* por isso. É um caso a se refletir.

Finalmente, sobre qual fator que afeta a aprendizagem do aluno, de modo a torná-lo um cidadão, que ela considera mais preocupante, a co-gestora relata alguns problemas que afetam a qualidade do ensino bem como a cidadania.

Um aspecto muito interessante que foi apontado, que tanto a co-gestora, como o gestor, que neste momento da entrevista participou, foi a questão da formação de professores. Ambos reconhecem que esse é um problema muito sério, que afeta a qualidade do ensino bem como a cidadania. O problema diz respeito que muitos dos candidatos a professores que fizeram o último concurso para docente, não conseguiram aprovação. Os que passaram foram das Universidades Públicas do Estado reconhecidas. Atualmente há a necessidade de lotar professores substitutos e os gestores nos informaram que, constantemente, estão sendo realizadas várias seleções. Nós indagamos o porquê disso. A resposta foi que há uma grande dificuldade em lotar esses professores na região. A nossa entrevistada enfatizou ser exatamente a questão da localização das universidades. As escolas, cuja gerência compete a co-gestora, estão tendo dificuldades em efetuar as lotações dos docentes, pois conforme a mesma:

Quem está procurando fazer esta seleção são pessoas que cursaram pedagogia ou licenciaturas em universidades particulares “sem nome”, são pessoas que moram no subúrbio de Fortaleza ou na região metropolitana e, querem assumir somente próximos as suas residências. Aí, não existe lotação para todos. Quem é que vai sair de Caucaia para trabalhar no Edson Queiroz? Então temos carência, sim de professor e muitos do que temos não tem o compromisso com a educação. Eu brinco até e digo, que professor da educação infantil é cargo em extinção [...] É grande o índice de licença-médica. Por isso seleção direta para professores temporários. Há professores que ‘faltam por qualquer coisa’. O universo conspira, né. Muitos não têm a vocação. Vão pela necessidade. Aí você atrela a uma sala de aula. Aí muitos ficam doentes. (ENTREVISTA CO-GESTORA, SER FORTALEZA, 2014).

A co-gestora finalizou a entrevista informando que existe uma determinação da Secretaria de Educação sobre as estratégias para o alcance dos resultados, mas que cada

escola tem sua realidade. Ela citou como sendo algumas das estratégias da Secretaria de Educação:

- 1) O menino tem de estar na escola;
- 2) Buscar o menino em casa;
- 3) Controle (todos os dias os superintendentes precisam saber quantos alunos faltaram);
- 4) Acompanhamento (Existe hoje o acompanhamento, pois exige a meta para cumprir, se não cumprir, há a exoneração). (ENTREVISTA CO-GESTORA, SER FORTALEZA, 2014).

Ainda sobre as estratégias para alcançar o resultado, complementou dizendo que:

Existe uma pessoa, em cada escola, para começar a passar, em cada sala de aula, a partir das 7h30min para saber quantos alunos faltaram. Se for necessário, a pessoa vai buscar o aluno [...] Aí a escola garante que ele aprende[...] já houve 10 exonerações da função de coordenador, somente este ano [...] O gestor precisa apresentar o resultado e o resultado é: o menino precisa aprender. (ENTREVISTA CO-GESTORA, SER FORTALEZA, 2014).

Gostaríamos ainda de discorrer sobre os dois projetos constantes apontados pela co-gestora, a saber: o foco na aprendizagem e o VIVE (Valores na Escola). O primeiro ocorre porque a escola existe para a aprendizagem, e o segundo, é um projeto de pais relacionado à cidadania. Este ocorre mensalmente e trata de valores como ética, meio ambiente e cidadania.

3.6 Conversa informal com duas professoras do município de Fortaleza

Enquanto aguardávamos para realizar a entrevista na Escola B, tivemos a oportunidade de ter uma conversa, informal, com duas outras professoras, do Município de Fortaleza, que seriam entrevistadas pela Gestora da escola, para ocupar o cargo de Coordenador Escolar.

A ocupação desse cargo é resultado de um processo seletivo, em três fases, que ocorreu no final do ano passado e que a Secretaria do Município de Fortaleza vem inovando, como estratégia, para atender melhor o ensino.

Com as duas pessoas com quem falamos, explicamos a razão pela qual nos encontrávamos ali, naquele momento, e perguntamos-lhes se tinham objeção quanto a responder algumas questões, uma vez que tínhamos muita curiosidade em saber, de fato, qual a visão dos professores, propriamente, sobre a questão de como anda a qualidade do ensino, qual o perfil do aluno, e o que elas pensavam sobre cidadania.

Fizemos para estas duas professoras, em resumo, as perguntas do Quadro 04 que se encontra no anexo.

A primeira professora com quem tivemos esta “conversa informal” é professora efetiva há oito anos, da Secretaria Municipal de Fortaleza e, atualmente, se encontra lotada em uma Escola no Bairro do Montese, bem distante da escola na qual se candidatava à vaga de Coordenadora Escolar.

Esta nos informou que na escola em que ensinava existia sim políticas de inclusão social para alunos deficientes. Existia o AEE, sigla na qual ela não lembrava como se pronunciava, mas que era algo ligado a atendimento especial. Disse-nos também, que existiam alguns alunos com deficiências, como cadeirantes e de baixa visão. Não existia sala com recursos multifuncionais, mas sabia que havia um suporte ao pai, quando se verificava que o aluno precisava de alguma coisa.

Quanto à existência de Conselho Escolar, existia só para cumprir o que determina a lei. Ela mesma estava fazendo parte, como representante, uma vez que o anterior havia saído, estava para haver novas eleições e o Conselho não poderia ficar sem o representante da Gestão. Ela estava, “pro forma” ocupando o cargo há três meses, mas não decidiu nada no período.

Falou, também, que existia atuando o Conselho de Classe, órgão que participavam professores e coordenadores. Segundo a professora, este conselho sim funciona bem, pois uma vez que se constata diagnóstico das dificuldades dos alunos, estratégias são buscadas para resolvê-las.

Quanto à existência de projetos na escola que fosse próprio da escola, independente de políticas públicas, de maneira a dar ao aluno cidadania, esta informou, que na sua experiência como professora não foi permitido implantar projetos, que estivessem de acordo com a realidade da escola. Os projetos que existem são ligados ao desenvolvimento da leitura, da escrita, da habilidade de contar, em Matemática e o desenvolvimento de atividades lúdicas.

Com relação à questão da cidadania, esta professora deu uma definição muito próxima da mencionada na entrevista da diretora da escola, ou seja: a cidadania se refere a: saber ter direitos e deveres e respeitar o outro é fundamental.

Dois pontos da conversa chamaram nossa atenção: o primeiro foi o fato de a professora informar que é muito difícil ensinar para alunos desmotivados: alunos que muitas vezes vão para a aula, completamente sujos, que se percebe que se encontram ali obrigados, muitas vezes, pela merenda escolar, mas que não são somente esses, com este perfil. Existem

aqueles que “se percebe que vão todo dia arrumadinhos, que, de alguma forma tem alguém acompanhando em casa, mas que não querem nada em sala de aula, passam o tempo todo conversando, atrapalhando os outros”.

O segundo ponto foi a revolta com o sistema de seleção para o cargo de Coordenador Escolar. Essa professora informou que passou em uma seleção, muito difícil e que a escola na qual nos encontrávamos, era a terceira que se submeteria a entrevista, uma vez que nas demais, o Gestor informava que estava realizando a entrevista somente “pro forma”, para atender o Edital, uma vez que pessoas que ele conhecia, da escola, também tinham passado e que ele iria escolher quem ele já conhecia o trabalho. Eis, portanto, a explicação pela qual ela estava vindo de um bairro bem distante, para arriscar ser escolhida naquela escola.

A conversa com a outra professora, também candidata à vaga de Coordenadora Escolar foi muito promissora. A mesma confirmou que na escola aonde trabalha, no Bairro Bom Jardim, existem alunos com deficiência, que a escola, assim como a citada anteriormente, também possui o AEE e que os alunos especiais são atendidos no contraturno. (Essa descrição se aproxima dos dados obtidos junto à Gestora da SER).

O Projeto da escola em levar cidadania se restringe ao desenvolvimento da leitura, da escrita, da habilidade de contar, em Matemática e o desenvolvimento de atividades lúdicas, o mesmo apontado pela professora anterior. No entanto, esta professora tem um projeto particular, no qual, inclusive, apresentou em seu processo seletivo para o cargo de coordenador, que exigia isso, o qual consideramos alguns pontos importantes, como por exemplo: sugestões para erradicação do trabalho infantil; trabalhar com a higiene do corpo, trabalhar a indisciplina e a formação de conselho de classe.

Indagamos se existem muitos casos na escola de crianças que trabalham, o que a professora afirmou que sim. Citou o caso de um aluno, Israel, que chegava na escola, cansado, sonolento, depois de trabalhar pela manhã, vendendo CD's com o pai, em frente ao Banco do Brasil no centro da cidade. Contou-nos, também, o caso de crianças que vão para a escola completamente sujas, que às vezes nem o professor consegue chegar perto e ainda nos relatou o fato, de trabalhar em escola, que, durante o recreio, as crianças fazem “chuvinha de alimentos” que jogam no colega.

3.7 Percepções da realidade à luz da teoria

O que procuramos apresentar, nesse momento, são as nossas percepções ao confrontar os dados obtidos em todas as entrevistas com as gestoras e com as duas professoras, candidatas a coordenadoras, com a literatura estudada sobre os assuntos que permeiam a pesquisa. Assim, nossas percepções foram as seguintes:

- 1) Da premissa de que gestão democrática envolve a ideia de um projeto político pedagógico, que como nos diz Veiga (2010, p. 69) envolve toda a comunidade escolar, resultando numa “ação consciente e organizada”, com vista ao futuro, percebemos que, tanto na escola A, quanto na escola B, o PPP existe, é um norte, um prumo, embora na escola B ele esteja em reconstrução, uma vez que a gestora é nova no mandato e pretende fazer adaptações a realidade que ela se encontra vivenciando. As professoras candidatas à coordenadora também foram unânimes em se referir ao PPP como uma realidade na escola onde trabalham.
- 2) Sobre a noção de cidadania, todas as pessoas entrevistadas foram unânimes em atrelar à noção com direitos, deveres, mas ao mesmo tempo com a ideia de sujeito capaz de modificar o mundo a sua volta, de ser crítico, o que nos reporta a teoria de Paulo Freire, sobre educação libertadora..
- 3) Quanto às políticas públicas educacionais, percebemos que algumas são presença vivas nas escolas e que no âmbito da educação infantil, esfera do Município de Fortaleza, as ações são bem mais concretas.
- 4) Quando em sua fala, a gestora da SER, ao se referir as metas para cumprir e estabelecer que: “o menino tem de estar na escola” e “buscar o menino em casa”, verificamos que essas ações se encontram de acordo com o que preconiza o atual PNE, na meta 1.15, ou seja:

1.15) promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos.

- 5) Quanto à fala da gestora da SER no que se refere a inclusão de alunos com necessidades especiais, quando nos diz que existem alunos matriculados com deficiência, que existem salas multifuncionais e AEE, encontramos a previsão disso, atualmente, na meta 4.4, do novo PNE:

4.4 garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno. Constatamos que na Escola B existem alunos com deficiência, inclusive, a própria escola dispõe de uma cadeira de rodas que é utilizada por um aluno e fomos informados que outro aluno dispõe da sua própria.

- 6) A informação dada, ainda pela gestora da SER que é uma meta da SME: “Fazer o aluno aprender”, sendo assim, todos os alunos com dificuldade em se alfabetizar serão acompanhados, mesmo no período de férias escolares, nos faz refletir muito sobre este aspecto. Caso essa meta não seja atendida “cabeças rolarão, haverá exoneração de gestores, antes eles do que nós aqui”, disse-nos a gestora.

A informação está de acordo com a meta traçada no novo PNE, trata-se da meta:

2.3 criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos(as) alunos(as) do ensino fundamental.

- 7) Foi dito que nos faz refletir pelo seguinte fato: enquanto nos encontrávamos aguardando realizar a entrevista com a gestora da escola B, presenciamos ali, duas crianças, que talvez tivessem entre 10 e 12 anos, eram dois meninos, aguardando por um professor, para que lhes dessem acompanhamento.

Ocorre que esses meninos chegaram poucos minutos depois que nós. Percebíamos que eram bem franzinos, humildes, vestidos de calção e chinelos havaianos e estavam super desconsolados, sentados no chão. Sentaram por opção, pois havia lugares para que se acomodassem melhor. Aguardaram, ali, sentados, bem comportados, cerca de quase meia hora, até ser atendidos pela pessoa que esperavam.

O que nos chamou à atenção foi o fato de ao entrar, na sala para ser acompanhadas, aquelas crianças não passaram nem vinte minutos. Ao sair, percebemos o alívio estampados nos seus rostos. Então indagamos: em vinte minutos, é possível acompanhar duas crianças que se encontram com dificuldades na aprendizagem? É possível a estas crianças aprender alguma coisa, em tão pouco tempo?

Aqui colocamos em questão este modelo de gestão adotado pela SER. Nossa percepção é que, sob esse aspecto, os gestores da SME, através da SER tem uma visão da administração escolar com rumos de administração de empresas. E aqui trazemos a contribuição de Hora (1999, p. 18) que considera isso, na “medida em que adota seus

pressupostos no desenvolvimento das suas ações, com vistas sempre ao alcance da produtividade”.

Em outro momento, assim se pronuncia Hora (1999, p. 16):

No Brasil, a administração da educação não se desvincula dos princípios administrativos empresariais dada a sua característica de sociedade capitalista, em que os interesses do capital estão sempre presentes nas metas e nos objetivos das organizações que devem se adaptar ao modelo que lhes impõe este tipo de sociedade.

Quando a gestora da SER afirmou que precisava cumprir as metas impostas pela SME, no sentido de que as crianças precisavam aprender, a impressão que tivemos é que elas na verdade não poderiam é ficar retidas na série em que se encontravam.

8) Por outro lado, quando conversamos com uma das professoras que se encontravam na escola B, a fim de se submeter a entrevista para o cargo de coordenador, nos deu uma informação muito importante. Segundo ela, as crianças hoje estão aprendendo mesmo. A provinha do Mais Brasil não está mais sendo “mascarada”, mostra mesmo que o aluno aprendeu.

Quisemos saber o motivo de tal afirmação e fomos informados que antes, eram os próprios professores da rede de ensino do Município, às vezes o próprio professor do aluno, que aplicava a prova: às vezes o professor, para não perder o aluno, praticamente dava a resposta que a criança tinha que marcar na prova. Coisas do tipo assim: se a resposta fosse a letra “c”, o professor que fiscalizava, apontava para tal letra, ou dizia, a resposta começa com a letra de caju. Hoje, segundo esta professora, quem aplica a prova são pessoas diferentes, que não são professores da rede.

9) Percebemos, nas duas escolas visitadas, um ambiente bastante limpo, que se apresentam estruturadas, fisicamente para no que diz respeito a salas de aula para os alunos “normais”. A escola B, por exemplo, que atende durante o dia crianças é cheia de cartazes alegres, possui mesas de jogos, pareceu-nos um ambiente bem aprazível.

Segundo Alarcão (2001, p. 18), a escola que precisamos ter é aquela que “tem a função de preparar cidadãos, mas não pode ser pensada como tempo de preparação para a vida. Ela é a própria vida, um local de vivência da cidadania”.

Uma escola que transmita educação que inculta nos alunos cidadania, que forme/prepare para a vida, é a escola reflexiva. A escola reflexiva que Alarcão (2010, p. 25) se refere é:

[...] uma escola que se assume como instituição educativa que sabe o que quer e para onde vai. Na observação cuidadosa da realidade social, descobre os melhores caminhos para desempenhar a missão que lhe cabe na sociedade. Aberta à comunidade exterior, dialoga com ela. Atenta à comunidade interior, envolve todos na construção do clima de escola, na definição e na realização do seu projeto, na avaliação da sua qualidade educativa. Consciente da diversidade pessoal, integra espaços de liberdade na malha necessária de controles organizativos. Enfrenta as situações de modo dialogante e conceitualizador, procurando compreender antes o agir.

Aqui, fazendo um paralelo entre as falas de todas as entrevistadas, podemos dizer que a gestora da SER tem o pensamento de intermediar entre a SME e a escola, no sentido de colocar metas que façam acontecer a aprendizagem do aluno, que este saiba ler e escrever e que entendam o sentido das palavras. Mas às gestoras das escolas e professoras, estas ficam imbuídas de além disso, preparar os alunos para a vida e fazer da escola um local da vivência da cidadania. Aqui, percebemos que estas profissionais entrevistadas têm esta preocupação que condiz com o pensamento de Alarcão.

De tudo que nos foi colocado, podemos concluir o capítulo, constatando que a implementação de políticas públicas focadas numa educação cidadã está acontecendo no território de Fortaleza, no âmbito das escolas públicas do Município e do Estado, a partir do princípio da gestão democrática, no qual elementos como a existência de um projeto político pedagógico emancipador, que privilegiam o diálogo e a participação, a autonomia, o conselho escolar já se apresentam como uma realidade nas escolas.

Os programas ou políticas públicas como PDDE, O Mais Educação, a Educação Inclusiva de pessoas com necessidades especiais representam um marco, uma conquista, que, paulatinamente está proporcionando cidadania à população em idade escolar.

CONCLUSÃO

A par de grandes desafios a serem enfrentados, as políticas públicas focadas na educação já são uma realidade. Falar que não existem é ser leviano. A constatação disso acontece com uma simples visualização, nas páginas do MEC sobre o assunto.

Direcionamos nossa pesquisa para algumas ações do MEC realizadas através da Secretaria de Educação Básica e pudemos constatar, que desde as diretrizes nacionais, implementadas pela LDB até as outras ações e programas que o MEC estabelece, são uma realidade.

Se essas políticas públicas não atingem seu objetivo, se elas estão no plano macro e não atingem o micro, que é onde a escola se encontra, isso é um desafio a enfrentar, que cabe a cada gestor, dentro de sua realidade fazer acontecer.

Por outro lado, uma educação de qualidade requer uma gestão democrática do ensino e o pressuposto para isso inclui a participação de todos os atores envolvidos com a comunidade escolar. O Projeto Político Pedagógico, muito mais que um documento deve refletir a cara da escola, mostrar a realidade na qual esta se encontra inserida.

O discurso que se apresenta no cenário atual de uma gestão democrática do ensino, ainda precisa se fortalecer no aspecto da participação de todos. Percebemos, em todas as falas das Gestoras das Escolas A e B, quanto das professoras ouvidas, que existem dificuldades em reunir pessoas que participam dos conselhos representativos da escola. Por outro lado, gestão democrática, assim como educação, é um processo, que vai se construindo, aos poucos, e exige compromisso de todos. E como tal, está muito atrelado à cultura das partes envolvidas. Ainda levará tempo para a concretização em sua plenitude.

Quando começamos a realizar as perguntas, durante as entrevistas, embora já levássemos algumas prontas, outras foram surgindo e, percebemos que poderíamos direcionar nossa pesquisa para a existência de políticas públicas que tivessem como pano de fundo a cidadania. Assim, percebemos que o programa/política pública Mais Educação seria um norte, além do programa de incluir pessoas com necessidades especiais (a educação inclusiva) e, paralelamente, o programa Salas Multifuncionais.

Com essas premissas, pudemos concluir que no âmbito das escolas do Município, essas políticas estão acontecendo e o objetivo mesmo, é levar cidadania, não só aos alunos da escola, mas a comunidade que faz parte de seu entorno. Assim é que temos escolas que se preocupam em interagir com a comunidade, proporcionando que membros participem de

reuniões de AA, no interior da escola, que jovens utilizem a quadra da escola para realizar eventos, que aconteça reuniões da Igreja, que membros da comunidade possam participar como monitores de programas educacionais, como o Mais Educação. Nesse sentido, cidadania é muito mais que relacionar direitos e deveres, mas tem uma conotação de inclusão e; cidadania na escola, está acontecendo, desconstituindo aquela ideia que tínhamos de ilusão.

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, I. **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- ARISTÓTELES. **Política**. Trad. Mário da Gama Kury. 3. ed. Brasília: UnB, 1997.
- ARRETCHE, M. Uma contribuição para fazermos avaliação menos ingênuas. In: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. C. B. (orgs.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC, 2001. p. 43-55.
- BORDIGNON, G.; GRACINDO, R. V. Gestão da educação: o município e a escola. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. S. **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004, p. 147-176.
- BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Senado, 1988.
- CAMARGO, R. B. **Gestão democrática e nova qualidade de ensino: o conselho de escola e o projeto de interdisciplinaridade nas escolas municipais da cidade de São Paulo (1989-1992)**. 1997. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- CAMPOS, F. C. A.; SANTORO, F. M.; BORGES, M. R. S.; SANTOS, N. **Cooperação e aprendizagem on-line**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil. Leitura crítico-compreensiva artigo a artigo**. 18 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAVALCANTE, F. D. F. **Gestão democrática da educação e formação cidadã: aproximações necessárias no processo de construção do projeto político-pedagógico de uma escola pública**. 2011. 68 f. Monografia (Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional) – Universidade Federal de Santa Maria, Fortaleza, 2011.
- CURY, C. R. J. Gestão democrática dos sistemas públicos de ensino. In: OLIVEIRA, M. A. M. (org.). **Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009.
- FREIRE, P. **Educação e mudança**. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GUERRA, M. A. S. **Entre bastidores: el lado oculto de la organización escolar**. Málaga: Aljibe, 1994.

- HABERMAS, J. Soberania popular como procedimento. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 26, p. 100-113, mar. 1990.
- HENGEMÜHLE, A. **Gestão de ensino e práticas pedagógicas**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- HORA, D. L. **Gestão democrática na escola**. 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 1991.
- HOUAISS, A. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. Trad. Francisco G. Heidemann. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- IHERING, R. V. **A luta pelo direito**. Trad. Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- LÜCK, H. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. São Paulo: Vozes, 2003.
- MICHAELIS. **Moderno dicionário de língua portuguesa**. WEISZFLOG, W. (ed.). São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.
- PINTO, J. M. R. **Administração e liberdade: um estudo do conselho de escola à luz da ação comunicativa de Jürgen Habermas**. 1994. Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1994.
- RIBEIRO, R. J. B. **Construindo o planejamento público: Buscando a integração entre política, gestão e participação popular**. São Paulo: Atlas, 2013.
- ROSA, S. **Enfoque das políticas públicas recentes em educação**. 17 abr. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Z29kxyT0NNQ>>. Acesso em: 25 jun. 2014.
- RUA, M. G. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: RUA, M. G.; VALADÃO, M. I. (orgs.). **O estudo da política: temas selecionados**. Brasília: Paralelo 15, 1998.
- RUA, M. G. **Políticas públicas**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2012.
- RUA, M. G. **Políticas públicas**. Florianópolis: UFSC, 2009.
- SANTILLÁN, J. F. **Norberto Bobbio: o filósofo e a política**. Trad. César Benjamin e Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.
- SANTOS, João Bosco Feitosa dos. **O Bairro: território da gestão cidadã?** In: JAWDAT, Abu-EL-Haj; AQUINO, Jackso Alves de (orgs.). **Estado, Cidadania e Políticas Públicas**. Fortaleza: Editora UFC, 2002.
- SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- SILVA, Christian Luiz da (org). **Políticas Públicas e Desenvolvimento Local**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

TONET, I. A educação numa encruzilhada. In: MENESES, A. M. D. *et al.* **Trabalho, sociabilidade e educação**. Fortaleza: Edições UFC, 2003.

VEIGA, I. P. A. **Educação básica e educação superior**. 5. ed. São Paulo: Papyrus, 2010.

ANEXOS

ANEXO A – Questões aplicadas através de entrevista à diretora da Escola A

- 1) Como se deu sua investidura no cargo de gestor escolar?
- 2) Qual a sua área de formação?
- 3) Qual é a sua concepção de gestão democrática?
- 4) Quanto tempo de experiência na gestão escolar?
- 5) Como a Sra. define sua relação enquanto gestora escolar:
 - a) Relação pessoal
 - b) Relação com a equipe pedagógica;
 - c) Relação profissional com os professores;
 - d) Relação com os discentes;
 - e) Relação com a comunidade escolar
- 6) Quais os órgãos colegiados que existem na escola?
- 7) Existe Conselho Escolar?
- 8) O que fazer para que o Conselho Escolar seja capaz de mediar na prática social da educação de qualidade?
- 9) Qual a sua concepção sobre cidadania?
- 10) A educação para a cidadania é uma realidade na escola?
- 11) O que é educar para formar um cidadão?
- 12) Que metas a escola vem realizando para garantir a aprendizagem do aluno e torná-lo cidadão?
- 13) Na sua concepção, que fator é mais preocupante que afeta a aprendizagem do aluno, de modo a torná-lo um cidadão?
- 14) Existem projetos dentro da escola, elaborado por ela, independente das políticas públicas educacionais?
- 15) O que a Sra. entende sobre políticas públicas?
- 16) Na escola, que políticas públicas educacionais são implementadas?
- 17) Quantos alunos deficientes se encontram matriculados?
- 18) Existe política de educação inclusiva relacionada a alunos deficientes na escola?
- 19) Existem salas de recursos multifuncionais?

ANEXO B – Questões aplicadas através de entrevista à diretora da Escola B

- 1) Como se deu sua investidura no cargo de gestor escolar?
- 2) Qual a sua área de formação?
- 3) Com está sendo vivenciar a experiência de gestora?
- 4) Qual é a sua concepção de gestão democrática?
- 5) Quanto tempo de experiência na gestão escolar?
- 6) Como a Sra. define sua relação enquanto gestora escolar:
 - a) Relação pessoal
 - b) Relação com a equipe pedagógica;
 - c) Relação profissional com os professores;
 - d) Relação com os discentes;
 - e) Relação com a comunidade escolar
- 7) Quais os órgãos colegiados que existem na escola?
- 8) Existe Conselho Escolar?
- 9) O que fazer para que o Conselho Escolar seja capaz de mediar na prática social da educação de qualidade?
- 10) Qual a sua concepção sobre cidadania?
- 11) A educação para a cidadania é uma realidade na escola?
- 12) O que é educar para formar um cidadão?
- 13) Que metas a escola vem realizando para garantir a aprendizagem do aluno e torná-lo cidadão?
- 14) Na sua concepção, que fator é mais preocupante que afeta a aprendizagem do aluno, de modo a torná-lo um cidadão?
- 15) Existem projetos dentro da escola, elaborado por ela, independente das políticas públicas educacionais?
- 16) O que a Sra. entende sobre políticas públicas?
- 17) Na escola, que políticas públicas educacionais são implementadas?
- 18) Quantos alunos deficientes se encontram matriculados?
- 19) Existe política de educação inclusiva relacionada a alunos deficiente na escola?
- 20) Existem salas de recursos multifuncionais?

ANEXO C – Questões aplicadas através de entrevista à co-gestora da SER

- 1) Qual a sua área de formação?
- 2) Na sua concepção, o que é ser gestor público?
- 3) Qual a sua concepção de políticas públicas?
- 4) O que é cidadania?
- 5) O que é educar para a cidadania?
- 6) Fale sobre o seu trabalho.
- 7) Como gestora, que metas pretende alcançar?
- 8) Como está acontecendo a política de educação inclusiva com foco em alunos portadores de deficiência?
- 9) Existe controle do número de alunos matriculados com deficiência?
- 10) Que tipo?
- 11) Quais escolas?
- 12) Existem salas de recursos multifuncionais?
- 13) Existem professores capacitados para trabalhar com estes alunos?
- 14) Conhece o Benefício de Prestação Continuada?
- 15) Fale sobre o MAIS EDUCAÇÃO.
- 16) Quem são os monitores que trabalham com o MAIS EDUCAÇÃO?
- 17) Relate-nos sobre o Programa da Educação na Idade Certa.
- 18) Na sua concepção, que fator é mais preocupante que afeta a aprendizagem do aluno, de modo a torná-lo um cidadão?

ANEXO D – Questões realizadas através de entrevista informal às professoras do município de Fortaleza

- 1) Na escola em que ensinava existia política de inclusão social para alunos deficientes?
- 2) Existia Conselho Escolar?
- 3) Existiam projetos da escola que contemplasse a cidadania?
- 4) Qual o seu conceito de cidadania?